

EXTRADIÇÃO MINÚCIAS DO DESPACHO DO TRIBUNAL DE ROMA QUE DEMOLIU OS ARGUMENTOS FRÁGEIS DA DEFESA DA EX-DEPUTADA CARLA ZAMBELLI

EUA A OPERAÇÃO ERRÁTICA NO IRÃ RACHA A BASE DE APOIO A TRUMP E IMPULSIONA PROTESTOS NAS MAIORES CIDADES. WASHINGTON AMEAÇA DOBRAR A APOSTA

CartaCapital

cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1407

R\$ 31,90

8 DE ABRIL DE 2026



basset
editora

FLÁVIO NÃO TEM SOBRENOME

A ESTRATÉGIA PARA DISFARÇAR O FILHO 01 DE BOLSONARO DE CANDIDATO MODERADO

ines249





Páscoa que aquece o coração

Nada como adoçar o coração de quem mais precisa com solidariedade

Nesta Páscoa, queremos presentear as crianças assistidas pelos 27 projetos da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa) e das Apcefs (Associações do Pessoal da Caixa) espalhados por todo o Brasil.

Doe e contribua para fortalecer as iniciativas que proporcionam educação, cultura e esporte para esses pequenos. Sua ajuda conta muito!



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Conheça
nossos
projetos



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

As manifestações
contra o governo
norte-americano se
avolumam. Pág. 40



6 A SEMANA

Seu País

18 EXTRADIÇÃO A Justiça italiana demole os argumentos da defesa de Carla Zambelli

21 PAULO ARTAXO

22 RIO DE JANEIRO Paes (PSD) e Ruas (PL) antecipam a disputa pelo governo

24 NUTRIÇÃO Alimentos ultraprocessados embalam a epidemia de obesidade infantil, alerta o Unicef

28 CIÊNCIA Conheça o radiotelescópio Bingo, que aguçou a paranoia de deputados trumpistas

Capa: Pilar Velloso, iStockphoto e Andressa Anholete/Agência Senado

30 RÉPLICA “O pior país do mundo” não é uma crítica política, é a normalização de um velho discurso

32 PLANO CLIMA

O documento traz avanços, mas também revela as limitações da agenda do governo

Economia

34 PETROBRAS A estatal revê contratos para aumentar a eficiência e o fôlego

37 ADALBERTO VIVIANI

38 ANÁLISE Os países desenvolvidos combinaram mercado eficiente com coordenação estatal

Nosso Mundo

40 IRÃ Perdido na guerra, Trump alterna oferta de diálogo com ameaças de um verdadeiro massacre

42 ARGENTINA Os protestos em 24 de março servem de resposta à relativização da ditadura pelo governo Milei

44 EUA Antes crítico do corte de juros, Kevin Warsh, indicado para o Fed, muda de opinião

8 APENAS FLÁVIO
A ESTRATÉGIA PARA DISFARÇAR
O FILHO 01 DE BOLSONARO
DE CANDIDATO MODERADO



Plural

48

A PARTILHA DAS ARTES

“FOI-SE PERDENDO A NOÇÃO DE QUE POLÍTICA PÚBLICA É FEITA PARA O CIDADÃO”, DIZ MARIA MARIGHELLA NOS 50 ANOS DA FUNARTE

52 MÚSICA Após ter sido “cancelado”, Morrissey ressurgiu poético e melancólico
54 LIVRO Gisele Agnelli cataloga o trumpismo
57 SAÚDE Por Ligia Bahia
58 CHARGE Por Venes Caitano

basset

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - landra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958, landrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto, (71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S.
Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010
www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



ÓLEO DERRAMADO

Diante da crise do diesel, bem que o governo poderia liberar os postos para comprar o combustível diretamente da Petrobras.

Rafael Ferreira

Hoje fui ao supermercado: a cartela de ovos, que custava 15 reais, já está em 26. A batata e a cenoura se aproximam de 10 reais o quilo - antes, não passavam de 3 reais. Onde vamos parar? No fim, quem paga a conta é sempre o povo mais pobre. O empresário repassa todos os custos e impostos.

José Medeiros

MACHO ALFA, PRESO BETA

Machos alfa? Estão mais para alfa...
Gustavo Alves Cardoso Moreira

Como diz um velho ditado: "Macho até cachorro é. Quero ver ser homem!"
Rogério Vanzo

Ser bom é fácil, difícil é ser justo. É a Justiça que deve pautar as ações em relação a um condenado a 27 anos e três meses por vários crimes, não apenas a "bondade".
Sérgio da Mata

Bolsonaro começou imediatamente a infringir as regras da prisão domiciliar. Eles são incorrigíveis, não respeitam nada nem ninguém.
Irene Oliveira

É por não compreenderem uma linha desse belíssimo texto que os bolsonaristas são bolsonaristas. É muito recalcque e ressentimento, a dor de não ser capaz.
Flávia Lima

Determinados indivíduos, principalmente aqueles de perfil autoritário, quando no auge de suas existências, mostram-se onipotentes perante os outros. O grau de crueldade e desumanização é a marca que sobressai neles, a qual costumam ostentar perante os seus subordinados e governados.
Paulo Santos

FORA DO BARALHO

Justiça tardia é injustiça. Cláudio Castro permaneceu por quase todo o mandato dele diante de irregularidades e de abuso do poder econômico nas eleições de 2022. Agora, resta-nos esperar os desdobramentos criminais.
Guto Santa Cruz

Como era de se esperar, os ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça votaram contra a cassação de Cláudio Castro. Só eles mesmos.
Carlos Eduardo dos Santos

Kassio Nunes Marques e André Mendonça, que surpresa! Contém ironia, claro...
Edson Neto

SEM ACORDO

O povo nordestino é lúcido, sabe escolher bem. É graças a ele que nos livramos do fascismo neste país.
Naira Silveira

MENOS HORAS, MAIS VALOR

O fim da escala 6x1 é urgente. Os políticos de direita têm um lado, esse lado não é o da população ou dos trabalhadores. Eles já avisaram, inclusive, que farão no Brasil exatamente o mesmo que fizeram na Argentina. Defenda seu trabalho, sua aposentadoria e os poucos direitos que ainda possui.
Wilson Campos

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Blackface na mira da PF

O Ministério Público Federal determinou que a Polícia Federal instaure uma investigação criminal contra a deputada estadual Fabiana Bolsonaro, do PL, por suspeita de racismo e transfobia. Em recente discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo, a parlamentar pintou o rosto e os braços com base para peles negras ao questionar a nomeação da deputada federal Érika Hilton para presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. “Se agora, aos 32 anos, decido me maquiar, me travestir como uma pessoa negra, eu virei negra?”, disse, ao questionar a legitimidade de uma mulher trans no comando do colegiado. Durante a abjeta encenação de *blackface*, Fabiana destacou que sempre se identificou como branca, mas se declarou parda nas eleições de 2022, recebendo 1,5 mil reais do Fundo Especial de Financiamento de Campanha destinado a candidaturas negras.



O jornalista foi assassinado nas dependências do DOI-Codi paulista

STF/ Oásis ou miragem?

Dino amplia apuração sobre emendas de Carlos Viana para fundação da Igreja Lagoinha

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou a abertura de apuração preliminar sobre possíveis irregularidades na destinação de emendas à Fundação Oásis, braço social da Igreja Batista da Lagoinha. A decisão ocorre após o magistrado apontar “falhas de transparência e de rastreabilidade” nos repasses. A depender dos achados, o caso pode ser enviado à Polícia Federal. O foco recai sobre o senador Carlos Viana, responsável por destinar 3,6 milhões de reais à instituição. Para Dino, os esclarecimentos apresentados até agora são insuficientes, mantendo sob suspeita a regularidade das transferências. O ministro determinou a coleta de documentos para apurar eventual desvio de finalidade ou favorecimento.

Viana presidiu a CPI do INSS, encerrada no sábado 28 sem relatório aprovado. Dois dias antes, o STF rejeitou pedido do senador para



O ministro apontou “falhas de transparência e rastreabilidade”

prorrogar os trabalhos. Criada para investigar descontos ilegais de taxas associativas em aposentadorias e pensões, a comissão perdeu foco e passou a mirar o escândalo do Banco Master. Nesse contexto, a bancada do PT chegou a protocolar pedido de afastamento de Viana do comando da investigação. A PF apura a relação entre a Lagoinha e o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master. Um dos elos é Fabiano Zettel, cunhado de Vercaro e apontado como operador do esquema, que atuava como pastor em Belo Horizonte.

Ditadura/ MISTÉRIO DE 50 ANOS É REVELADO

PESQUISADORES LOCALIZAM SALA DA FARSA DO “SUICÍDIO” DE HERZOG

Pesquisadores da Unifesp identificaram o local exato onde agentes da ditadura encenaram o falso suicídio do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em 25 de outubro de 1975 nas dependências do DOI-Codi paulista. A descoberta, após mais de cinco décadas, foi possível graças ao trabalho de historiadores, arqueólogos e arquitetos, que compararam registros fotográficos da época

com a estrutura do prédio, verificando correspondências entre marcas nas paredes, no piso e na grade da janela.

O reconhecimento do ambiente enfrentou dificuldades devido às reformas realizadas nos anos 1980, quando o prédio passou a abrigar o Instituto de Criminalística. Elementos originais foram cobertos por tinta, azulejos e novos pisos. Ainda assim, foram identifica-

das marcas de prisioneiros escondidas sob camadas de reboco. Depoimentos de outros detidos nesse mesmo período permitiram traçar o percurso de Herzog até a sala onde seu corpo foi fotografado. “Claramente, não é uma cena de suicídio, e sim uma encenação para ocultar uma morte sob tortura”, afirma Deborah Neves, coordenadora do Grupo de Trabalho do Memorial DOI-Codi.

Igreja/ Emergência climática

Papa nomeia cientista brasileiro Carlos Nobre para conselho do Vaticano

O papa Leão 14 nomeou, na segunda-feira 30, o climatologista brasileiro Carlos Nobre como integrante do Dicastério para a Promoção do Desenvolvimento Humano Integral, que funciona como uma espécie de conselho do Vaticano. Criado em 2016, o órgão tem, entre suas atribuições, a missão

de proteger a dignidade dos imigrantes e de pessoas forçadas a deixar seus países devido a conflitos ou desastres naturais.

Pesquisador aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Nobre integra o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e contribuiu para o relatório que recebeu o Prêmio Nobel

da Paz em 2007. Atualmente, atua no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Em novembro, durante a COP30 em Belém, ele afirmou à revista *CartaCapital* que é urgente antecipar metas ambientais para evitar o colapso climático: “Precisamos rapidamente zerar as emissões, principalmente zerar o uso de combustíveis fósseis até 2040, não mais que 2045”.

O climatologista é dos laureados pelo Nobel da Paz de 2007



Bloqueio suspenso

A Rússia confirmou, na segunda-feira 30, que um cargueiro carregado de petróleo bruto desembarcou em Cuba, após três meses de bloqueio imposto pelos Estados Unidos. Moscou anunciou que pretende enviar novas remessas à nação caribenha nos próximos dias. Desde janeiro, Donald Trump ameaçava impor sanções aos países que continuassem exportando combustíveis para os cubanos. No entanto, no domingo 29, o presidente indicou relaxamento do cerco: “Se um país quiser enviar petróleo para Cuba agora, não tenho problema nenhum com isso, seja a Rússia ou não”.

Israel/ ENFORCAMENTO SEM CLEMÊNCIA

NOVA LEI PREVÊ PENA DE MORTE PARA PALESTINOS ACUSADOS DE TERRORISMO

O Parlamento de Israel aprovou, na segunda-feira 30, uma controversa lei que estabelece a pena de morte como sentença-padrão para palestinos condenados em tribunais militares por ataques com vítimas fatais. A proposta é de autoria de Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional, que chegou a usar um broche em formato de forca no paletó durante a votação. O premier Benjamin Netanyahu também se engajou direta-

te na aprovação do projeto, uma antiga promessa a aliados da extrema-direita.

A norma prevê execução por enforcamento em até 90 dias após a sentença, com possibilidade de adiamento por 180 dias, mas sem direito a clemência. Somente em casos excepcionais, a pena de morte poderia ser substituída por prisão perpétua. Críticos denunciam a seletividade da lei, que dificilmente será aplicada a extre-

mistas judeus acusados de crimes semelhantes, como colonos responsáveis por ataques contra palestinos na Cisjordânia. O texto restringe a pena de morte a quem promover ataques “com a intenção de acabar com a existência de Israel”.

O país aboliu a pena de morte por assassinato em 1954. Entre os poucos executados após julgamento civil está Adolf Eichmann, arquiteto do Holocausto, enforcado em 1962.



Ben-Gvir acompanhou a votação com um broche de forca no paletó

CAPA



APENAS FLÁVIO

O FILHO 01 DE BOLSONARO VESTE UM FIGURINO
QUE NÃO LHE CABE, ENQUANTO TORCE PELO
INCERTO ENGAJAMENTO DE TARCÍSIO DE FREITAS
E DONALD TRUMP EM SUA CAMPANHA

por ANDRÉ BARROCAL

Em 4 de abril acaba o mistério: Tarcísio de Freitas continuará governador de São Paulo? Para concorrer à Presidência da República em outubro, o anti-Lula predileto do “mercado”, do empresário e da grande mídia teria de deixar o cargo até esta data. Vontade de subir a rampa do Palácio do Planalto não lhe faltava, ainda que considerasse o atual chefe da nação um oponente duríssimo de bater. A concessão judicial de prisão domiciliar a Jair Bolsonaro, dez dias antes do fim do prazo para Tarcísio decidir se abandonava São Paulo e alçava voos mais altos, havia realimentado os sonhos do governador. É o que havia confidenciado um dos auxiliares mais próximos dele em conversas com a turma da Avenida Faria Lima, a meca do capital financeiro no Brasil.

O governador tinha esperanças de que seria ungido por Bolsonaro como candidato, segundo o auxiliar. Por aí entende-se o empenho pelo relaxamento da prisão do capitão. Na semana anterior ao alívio, viajou a Brasília e reuniu-se separadamente com cinco ministros do Supremo Tribunal Federal. Incluiu na agenda pública os compromissos, um dos quais com Alexandre de Moraes, o autor do despacho que mandou Bolsonaro para casa por três meses por razões de saúde. “O Alexandre correu com as condenações (no STF e na Justiça Eleitoral) do Bolsonaro para ajudar o Tarcísio”, avalia um ministro de Lula. Será? Moraes chegou ao Supremo em 2017 pelas mãos do então presidente Michel Temer, este teve Tarcísio na equipe e hoje é do fã-clubes do governador.

O cárcere caseiro de Bolsonaro mexeu com as emoções de mais gente, não apenas dos tarcisistas. Interlocutores de Flávio Bolsonaro, o filho mais velho do capitão, sopraram a alguns jornalistas que um risco tinha passado a rondar o “Zero Um” desde a volta do ex-presidente ao lar. Michelle Bolsonaro poderia fazer a cabeça do marido para apoiar Tarcísio ao Pla-

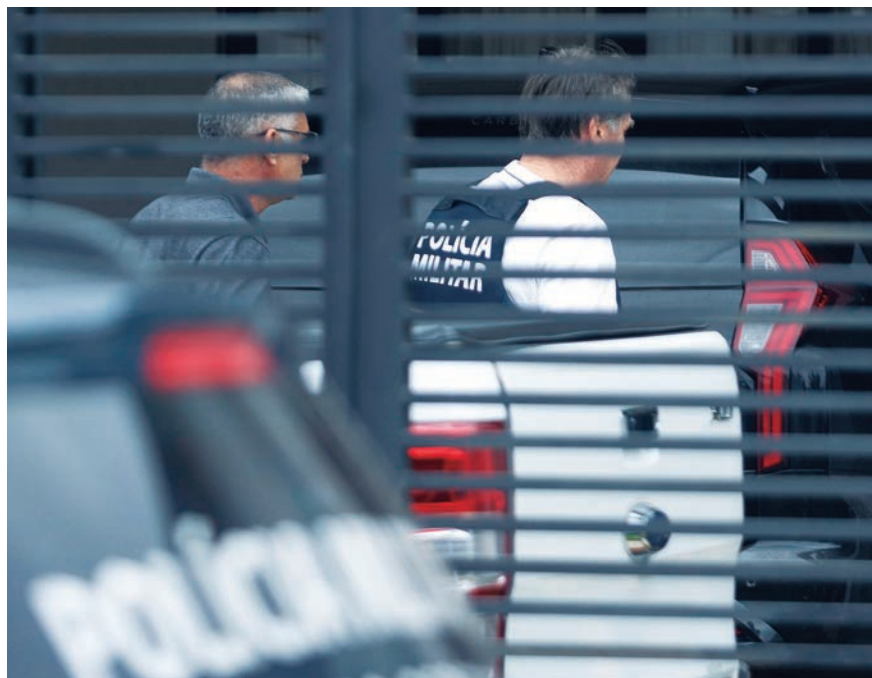
O GOVERNADOR PAULISTA FEZ UM PÉRIPO PELOS GABINETES DO STF PARA LIVRAR JAIR BOLSONARO DA PAPUDINHA

nalto. “Eles têm problema na família, lógico, mas nós vamos ter que resolver todos. Se nós não resolvermos esses problemas, o Eduardo Bolsonaro não volta mais para o Brasil.” Palavras de Valdemar Costa Neto, chefe do PL, o partido bolsonarista, após participar, em 30 de março, de um almoço do Lide, aquela panelinha de ricos e políticos fundada por João Dória Jr., ex-governador de São Paulo.

Eduardo está em autoexílio nos Estados Unidos há mais de um ano e lá conspirou para que o governo Donald Trump ajudasse a livrar a cara do pai no Judiciá-

rio brasileiro. Graças a tais maquinações, terminou no banco dos réus também. Está marcado para 14 de abril seu interrogatório na ação penal em que é acusado pela Procuradoria-Geral da República de tentar constranger e coagir a Justiça no processo do pai por tentativa de golpe. Caso Moraes, o relator da ação penal, seja rápido como foi com Bolsonaro, Eduardo tem tudo para estar sentenciado e inelegível em julho, ou seja, fora da campanha e com sentença de prisão. Para que possa regressar ao Brasil livremente, seu irmão precisa disputar contra Lula, derrotar o petista e conceder indulto à família toda.

Caso esteja mesmo no páreo, e Tarcísio não, uma desconfiança assombrará o senador: o governador trabalhará pela vitória de Flávio? O estado de São Paulo, terra de 22% do eleitorado, é um campo de batalha fundamental no pleito, daí Lula ter insistido com Fernando Haddad para que ele dispute de novo o cargo de governador. Para Lula triunfar, o PT precisa ao menos repetir o desempenho paulista de 2022, quando Haddad atingiu 45% contra Tarcísio no duelo final. “Para o Tar-



A prisão domiciliar de Bolsonaro reavivou as esperanças dos tarcisistas na corrida presidencial

CAPA

císio, não interessa que o Flávio ganhe, senão acabam as chances de ele concorrer a presidente em 2030”, diz Ivan Valente, deputado pelo PSOL paulista. Eleito, o senador seria postulante natural à reeleição em 2030 – isso, claro, sem considerar uma anistia ao pai, o que recolocaria o capitão no tabuleiro. Em 2 de março, Flávio propôs no Senado mexer na Constituição para abolir a reeleição. Extinguir só para o cargo de presidente e com validade já para o vencedor deste ano. Uma isca para engajar Tarcísio em sua canoa.

Para Costa Neto, as chances de 01 dependem do empenho de três personagens, e um deles é Tarcísio – Michelle e Nikolas Ferreira, deputado por Minas Gerais, são os outros. “Precisamos ganhar a eleição. Porque, se nós perdermos, o Bolsonaro vai ficar mais oito, dez anos fechado (*preso*)”, declarou o cacique do PL em 3 de março. Não há dúvida: o projeto presidencial de Flávio Bolsonaro é, antes de tudo, um empreendimento familiar, o Brasil vem depois. Em junho do ano passado, o senador disse à *Folha de S. Paulo* que o indulto ao pai era a condição para o apoio do capitão. E que, para sair do papel, a anistia exigiria peitar o Supremo, pois o PT recorrerá ao tribunal para derrubá-la. O STF já avisou que a considera inconstitucional. “É uma hipótese muito ruim, porque a gente está falando de possibilidade e de uso da força. A gente está falando da possibilidade de interferência direta entre os Poderes”, dizia o 01. “Então vai ter que ser alguém na Presidência que tenha o comprometimento, não sei de que forma, de que isso (*o indulto*) seja cumprido.”

O pilar de sua pré-candidatura e a sua disposição de tirar o pai da cadeia na marra mostram que o senador está longe de ser a figura que tem sido construída para atrair os eleitores. Esse “Flávio” da marqueteagem é um impostor. O da vida real representa uma ameaça autoritária tanto quanto o pai, apesar das juras de Costa



Neto de que seria mais “normal” e “equilibrado”, um “Bolsonaro que tomou vacina” anti-Covid. Ressalte-se ainda que, de acordo com o chefe do PL, o capitão chamou para si a definição dos competidores que o partido lançará ou apoiará para o Senado. É esta casa legislativa que decide sobre *impeachment* de ministros do Supremo e indicados para o tribunal. As projeções do PL apontam para uma bancada bolsonarista, incluídos integrantes de outras legendas, com 50 das 81 vagas no Senado a partir do ano que vem.

No esforço para suavizar a imagem de 01, vale tudo. Até apostar no uso preferen-

cial do nome “Flávio”, sem o sobrenome, apesar de ser esse mesmo sobrenome o responsável pela boa posição nas pesquisas. Em fevereiro, Fabio Wajngarten, ministro da Comunicação Social de Bolsonaro, propôs um concurso nas redes sociais, a fim de selecionar dez *jingles* musicais sobre “meu amigo Flávio”. Os autores teriam direito a um churrasco com o senador. Este republicou recentemente no Instagram uma foto feita por Inteligência Artificial na qual recebe um beijo no rosto de um homossexual que é pré-candidato a deputado estadual pelo MDB em São Paulo. O clã sempre destilou preconceito



Ronaldo Caiado só tem chances se surrupiar eleitores de Flávio Bolsonaro. Se o irmão não derrotar Lula, Eduardo não poderá retornar ao Brasil, observa Valdemar Costa Neto

OS BOLSONARISTAS TÊM PLANOS DE OCUPAR 50 DAS 81 CADEIRAS DO SENADO A PARTIR DE 2027

contra os gays. Bolsonaro declarou certa vez em uma entrevista: “Prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. Na vitoriosa campanha de 2018, utilizou a mentira do *kit gay* contra Haddad.

Mais uma do impostor. Flávio escreveu no X que para vencer deseja contar com “todes”. A linguagem neutra, que não diferencia gênero sexual, é alvo de ataques e deboches da base bolsonarista. E se as mulheres, tratadas por essa mesma base como inferiores aos homens, são mais inclinadas por Lula, lá foi Flávio votar a favor de uma lei que equipara a misoginia ao crime de racismo. O “Flávio”

verdadeiro surgiu depois, ao dar explicações a respeito do endosso ao projeto da senadora lulista Ana Paula Lobato, do PDT do Maranhão. “Você acha que eu ou quem é de direita vai ser a favor de algum projeto que dê instrumentos para o governo censurar a liberdade de expressão, a liberdade de opinião nas redes sociais? É claro que não, mas estava um circo todo armado.” O projeto ainda precisa ser examinado pelos deputados.

Só de assistir à entrevista de Flávio Bolsonaro, tentando explicar os motivos de ter votado a favor de um projeto de lei ao qual se diz contrário, já fica nítido que esse rapaz não tem a menor condição de enfrentar ninguém nos debates. Vale lembrar que ele desmaiou, ao debater em busca de cargo bem mais simples”, observou Janaina Paschoal, advogada do *impeachment* de Dilma Rousseff e deputada estadual paulista de 2019 a 2023, eleita no embalo da onda bolsonarista. O citado “desmaio” ocorreu diante das câmeras de tevê em 2016, na campanha para prefeito do Rio. “Não tem como a direita se unir em torno dessa candidatura, não importa o barulho que façam nas redes”, emendou Janaina no X.

Ronaldo Caiado, governador de Goiás, quer ser uma alternativa direitista. Foi oficializado como postulante do PSD, embora todas as candidaturas existirão para valer somente se aprovadas em convenções partidárias entre 20 de julho e 5 de agosto. Caiado é um ruralista reacionário que não admite ter havido a ditadura inaugurada em 1964, há exatos 62 anos. Médico-veterinário de formação, ao menos não foi negacionista na pandemia de Coronavírus, motivo de desavenças com o governo Bolsonaro. Terá alguma chance na eleição apenas com um surrupio de eleitores do filho do capitão. As críticas que fez e fará a Lula serão para lembrar ao eleitorado que é oposição, não para tirar votos do petista. Eis por que prometeu

CAPA

anistia a Jair e atirou contra Flávio, ao ser anunciado pelo PSD. Segundo ele, o senador não tem experiência para governar.

Otoni de Paula, deputado evangélico do Rio, apoiou Bolsonaro em 2018 e agora diz que irá de Caiado. Até trocou o MDB pelo PSD. Tem dito que Flávio está metido em corrupção em hospitais federais do Rio. No governo do capitão, houve denúncias de que milicianos controlavam um deles, em Bonsucesso.

Um veterano analista de pesquisas acrescenta: Flávio Bolsonaro é um “péssimo” candidato. A força dele é o sobrenome, pouco para uma decisão racional de voto, embora o que seja “racional” varie entre os eleitores. O currículo também não ajuda. O parlamentar não tem proposta legislativa aprovada digna de tremular em campanha. E ele ainda carrega o peso da acusação de praticar “rachadinha”, descrição folclórica de um crime sério, o de peculato, que é embolso de verba pública por quem deveria cuidar dela. Em 2020, o Ministério Público do Rio denunciou-o ao Tribunal de Justiça fluminense por peculato e lavagem de um dinheiro que deveria ter pago funcionários legislativos no tempo em que Flávio era deputado estadual. Lavagem feita, por exemplo, com uma loja de chocolate. Em 2021, o Superior Tribunal de Justiça anulou quebras de sigilos bancário e fiscal que embasavam a acusação, enquanto o STF fez o mesmo com relatórios do Coaf, o órgão federal de combate à lavagem. No fim das contas, o próprio MP pediu ao TJ que rejeitasse a acusação, pois ela não parava em pé sem as provas anuladas.

O rolo da “rachadinha” é responsável por uma hipocrisia monumental na pré-campanha deste ano. Sergio Moro era ministro da Justiça de Bolsonaro e foi demitido em abril de 2020, pois o capitão queria trocar a direção da Polícia Federal para salvar o primogênito. Dali em diante, Moro e o bolsonarismo viveriam mo-



O tarifaço de Donald Trump ajudou a elevar a popularidade de Lula, que ainda articula uma visita à Casa Branca nas próximas semanas

mentos crispados. Em novembro de 2021, o ex-juiz filiou-se a um partido, a fim de disputar o Planalto (não conseguiu, teve de se contentar com o Senado), e tascou: “Chega de rachadinha”. Agora, ingressou no PL para concorrer a governador do Paraná e promete subir com Flávio no pa-

lanque. Por falar em hipocrisia, o bolsonarismo sempre foi inimigo dos direitos humanos, mas os empregou para “sensibilizar” o Supremo e arrancar uma prisão domiciliar para o capitão. O deputado Rui Falcão, do PT paulista, entrou com uma ação na Corte a pedir o mesmo tratamento a condenados idosos e doentes.

De volta ao veterano analista de pesquisas. Segundo ele, apesar de “péssimo” candidato, Flávio tem chances contra Lula. Mandatários de todo o mundo enfrentam insatisfação popular. De um grupo de 24 chefes de governo, 16 eram reprovados em março, conforme pesquisa periódica de uma consultoria americana, a Morning. A vida dos cidadãos não melhora, o capitalismo neoliberal produz poucos ricos e uma legião de pobres, eis as causas do descontentamento. Isso tudo vale para o Brasil, onde o salário é recorde, mas incapaz de gerar mobilidade social. Além disso, houve um estrago

“ESSE RAPAZ NÃO TEM A MENOR CONDIÇÃO DE ENFRENTAR ALGUÉM NOS DEBATES”, AVALIA JANAINA PASCHOAL

na imagem de Lula provocado pela mídia, com anos de noticiário sobre “corrupção”. Os escândalos do ex-Banco Master e do INSS colocaram o tema na berlinda de novo. E há a idade de Lula. Aos 81 anos, ele não tem mais o vigor do líder metalúrgico. Dificilmente será visto como uma inspiração de futuro.

Há alguns dias, Duda Lima, marqueteiro de Bolsonaro em 2022, disse nos EUA que Lula “não tem mais aquela atividade cognitiva que sempre teve”. Sinal de que a extrema-direita pretende martelar que o adversário carece de condições mentais. Trump agiu assim contra Joe Biden. Nos bastidores do Congresso, comenta-se que um estrategista da pré-campanha de Flávio Bolsonaro faz uma avaliação fatalista sobre o papel de Trump na eleição: a neutralidade dele será mortal para o filho do capitão. Uma “neutralidade” que ficaria pavimentada, caso recebesse Lula na Casa Branca. Nasceria no encontro um “acordo de cavalheiros”, comenta um colaborador do petista. Um colaborador que



Adolfo Sachsida defende uma nova reforma trabalhista e da Previdência, mas, por ora, a campanha bolsonarista esconde o jogo

considera que Lula pode tirar proveito, caso Trump torça e aja publicamente por Flávio. O “tarifaço” norte-americano aos produtos brasileiros colaborou para melhorar o ibope presidencial. Não há, porém, data à vista para Lula viajar a Washington. A expectativa dele era ter decolado em março.

Quem embarcou foi Flávio, para comparecer a uma conferência global da extrema-direita, a CPAC, uma criação do trumpismo. Seu discurso se destinava a atrair a atenção do presidente norte-americano, que não estava presente. O senador foi entreguista. Só faltou se-

guir o exemplo paterno e bater continência para a bandeira do Tio Sam. “Esta é a encruzilhada que a América enfrenta: ou vocês têm o aliado mais poderoso do continente, ou um antagonista que se alinha com adversários norte-americanos e torna sua política para a região impossível”, afirmou. “O Brasil vai ser o campo de batalha onde o futuro do hemisfério será decidido, porque o Brasil é a solução dos EUA para quebrar a dependência da China por minerais críticos, especialmente elementos de terras-raras.” Aquele colaborador de Lula tem visão semelhante sobre o significado da disputa. Para ele, será a “Batalha de Stalingrado” da extrema-direita global. Após a vitória dos soviéticos em Stalingrado, era questão de tempo a derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial.

Os planos econômicos de Flávio também merecerão uma operação de marketing para ocultar inconveniências. Os economistas da órbita do bolsonarismo defendem coisas como eliminar o reajuste real do salário mínimo, manter a jornada de trabalho de 44 horas semanais e seis dias por semana, privatizar a Petrobras. Um deles é Adolfo Sachsida, último ministro de Minas e Energia de Bolsonaro e um dos listados perante o STF como “advogado” do capitão, para que tenha acesso ao condenado na prisão. Sachsida passou um tempo como assessor do senador potiguar Rogério Marinho, secretário-geral do PL. Em 5 de março, Marinho falou à *Folha* que são necessárias novas reformas da Previdência e trabalhista. Reforma é, via de regra, retirada de direitos do povão. Segundo Marinho, o plano de governo de Flávio Bolsonaro seria lançado em 30 de março. O mês se foi, e nada. A ideia no bolsonarismo, por ora, é esconder o jogo econômico. Para entreter a plateia, repete como mantra a platidão de que o senador fará um “tesouroço” nos impostos, caso eleito. •



Agora, Flávio se apresenta até como defensor dos direitos LGBT. Se for eleito, Tarcísio perde a chance de disputar a Presidência em 2030. O governador se engajará em sua campanha?

VENHA QUEM VIER

“NUNCA ESCOLHEMOS
ADVERSÁRIOS”, DIZ EDINHO SILVA,
PRESIDENTE DO PT

α SERGIO LIRIO

A meteórica alta das intenções de voto do senador Flávio Bolsonaro nas pesquisas não surpreende Edinho Silva, presidente do PT. Resultado da “polarização”, afirma o ex-ministro e ex-prefeito de Araraquara, à frente da legenda em mais uma eleição decisiva tanto para o País quanto para o partido. “Sempre tive a leitura de que qualquer candidato que representasse o campo bolsonarista cresceria rapidamente.” O dirigente petista, na entrevista a seguir, nega que a agremiação tenha preferência por outro adversário, minimiza os efeitos da candidatura de Ronaldo Caiado (“é um problema da família Bolsonaro, não nosso”), afirma que a campanha por um quarto mandato do presidente apresentará aos eleitores um programa arrojado e moderno com uma perspectiva de futuro, em especial para as novas gerações, e espera uma mudança do humor

da população quando se aproximar a hora da escolha. “No meio do ano, a situação será outra.”

CartaCapital: Com a impossibilidade de aliança com o MDB e partidos de centro-direita, esvaiu-se a ideia de uma frente ampla nos moldes daquela de 2022?

Edinho Silva: Nos moldes de 22, não. Naquela eleição, o MDB lançou candidatura própria, a Simone Tebet. A ideia é reunir em torno da candidatura do presidente Lula um amplo campo democrático. Haverá partidos que estarão conosco nacio-

nalmente, coligados formalmente com o PT. E outros tendem a liberar lideranças estaduais a apoiar o presidente em seus redutos. Temos de entender essa complexidade de muitas legendas, entre elas o MDB, e construir as alianças nos estados.

CC: O desempenho de Flávio Bolsonaro nas pesquisas até este momento era esperado ou surpreendeu?

ES: Não surpreendeu. Pessoalmente, sempre tive a leitura de que qualquer candidato que representasse o campo bolsonarista iria crescer rapidamente. O nome pouco importa, importa quem vai se tornar o porta-voz desse campo político, dado o grau de polarização. Qualquer candidatura que se credenciasse a ocupar esse espaço cresceria. Sendo o Flávio Bolsonaro, cresce mais rápido, pois ele carrega o sobrenome da família...

CC: ...Embora ele ande tentando esconder o sobrenome...

ES: ...É uma operação de marketing, muito frágil na minha avaliação, pois, além de carregar o sobrenome Bolsonaro, ele é muito identificado com o bolsonarismo.

CC: É fato que o PT prefere enfrentar o Flávio Bolsonaro, por conta das fragilidades do clã, do que outro candidato, o Tarcísio de Freitas, por exemplo?

ES: Nunca escolhemos adversário. E nunca tivemos dúvida de que a eleição seria muito polarizada, como está sendo, independentemente do candidato que representasse o campo da ultradireita, dessa direita fascista.

CC: O PT considera como certa a candidatura do Flávio Bolsonaro ou o partido não se surpreenderia se houvesse uma troca antes do prazo final de inscrição das chapas?

ES: A família Bolsonaro escolheu como alternativa um legítimo representante. Então me parece que será mesmo o Flávio.

CC: O lançamento, pelo PSD, da candidatura do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, muda algo nesse cenário?

ES: Nada. Zero. Sabíamos que ele seria candidato. O Caiado é um representante da ultradireita e um proble-

**“QUALQUER
CANDIDATURA
DO CAMPO
BOLSONARISTA
CRESCERIA MUITO
RÁPIDO”**



O ex-ministro aposta na melhora da imagem do governo

ma para a família Bolsonaro, não nosso.

CC: Por que tem sido tão difícil, a despeito da melhora dos indicadores econômicos, vencer o mau humor do eleitorado? O que explica essa piora na avaliação do governo e do presidente Lula?

ES: De dezembro para cá se avolumaram as denúncias de corrupção, principalmente em relação ao Banco Master. Isso esti-

mula o sentimento antissistema e, nestes momentos, quem perde é quem representa a estrutura de poder. A leitura da população é de que, se tem denúncias de corrupção, é culpa do governo de plantão, no caso, o governo Lula. Mas é um retrato do momento, não se sabe se essa percepção vai permanecer, se essa concepção será vitoriosa em outubro. Há muito espaço para

a disputa política, principalmente se a sociedade entender o que acontece, quando decantar as informações. Não tenho dúvida de que vamos reverter esse cenário e que a candidatura do presidente Lula chegará no meio do ano em outra situação, bem como a avaliação do governo.

CC: O que o presidente Lula vai oferecer de diferente, fora a defesa das instituições democráticas, na campanha por um quarto mandato?

ES: Vamos apresentar um programa de governo arrojado, moderno, que vai mostrar um futuro com empregos de qualidade, em especial para a juventude e as futuras gerações.

CC: As pesquisas recentes em São Paulo deixam o partido mais animado com a candidatura do ministro Fernando Haddad ao governo?

ES: O Haddad está montando uma coordenação de campanha com nomes preparados que vão apresentar um programa de governo para São Paulo que seja uma alternativa de desenvolvimento econômico para o estado, com qualidade na prestação de serviços, resposta ao desafio da segurança pública e à privatização da educação e do saneamento básico

CC: O fim da jornada 6x1 vai passar?

ES: Essa é uma campanha do PT, dos movimentos sociais. É nossa. Quem estimula o Projeto de Lei no Congresso é o presidente Lula. Precisamos fazer o debate da reforma do mundo do trabalho. Primeiro, a trabalhadora e o trabalhador têm direito ao convívio familiar, ao lazer, à cultura, à formação profissional. Depois, a crise econômica mundial é também por excesso de produção e só há uma forma de aumentar a capacidade de consumo da sociedade diante da alta da produtividade, intensificada na virada do século XX para o XXI, por meio da expansão da base salarial. Com o fim da escala 6x1, aumentam-se as vagas de trabalho disponíveis, numa estrutura que tende a produzir cada vez mais com menos mão de obra. A reforma do tempo de trabalho é importante para tirar a economia mundial da crise. •

CENÁRIO MOVEDIÇO

HÁ UM CONGESTIONAMENTO
DE CANDIDATURAS À DIREITA

por ALDO FORNAZIERI

Com a escolha de Ronaldo Caiado como candidato do PSD, o quadro das candidaturas presidenciais está praticamente definido e o cenário da disputa ganha novos contornos. O quadro revela um Lula olímpico no campo do centro-esquerda, um centro órfão e um enorme congestionamento à direita. O centro poderia ter um representante se Ratinho Júnior ou Eduardo Leite viessem a ser candidatos. Além de Caiado, a direita terá Flávio Bolsonaro, Romeu Zema e Renan Santos. Outros possíveis candidatos se situarão entre as candidaturas nanicas.

O desenrolar da campanha tende a revelar-se movediço no campo da direita. Antes de tudo é preciso notar que Lula saiu favorecido com a desistência de Ratinho e com a escolha de Caiado. Dos três postulantes, primeiro Ratinho e depois Eduardo Leite eram os que mais tinham possibilidade de atrair eleitores de centro, seja pelos seus perfis, seja pelo maior traquejo político-discursivo. Caiado terá maior di-

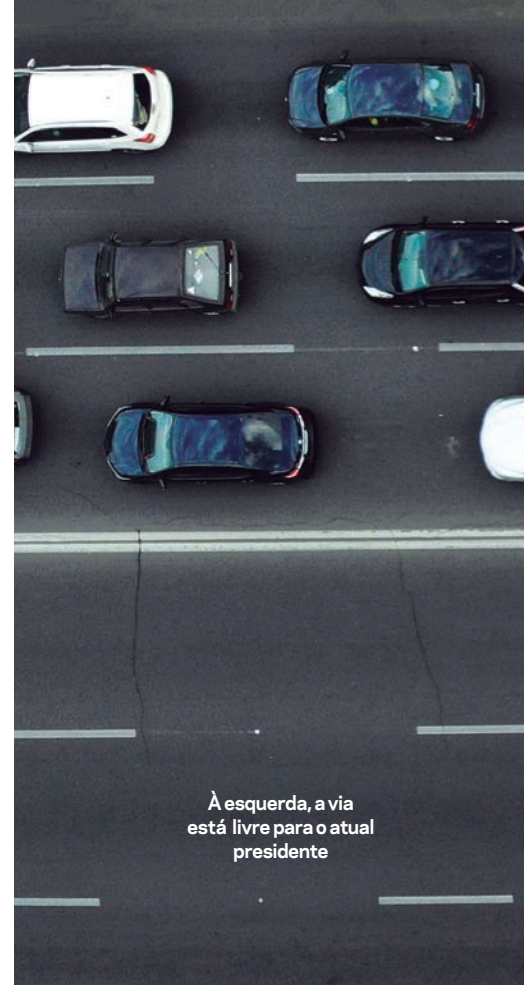
ficuldade de atrair eleitores de centro que adotam uma visão mais liberal de mundo. Para tentar passar para o segundo turno, ele deverá buscar eleitores mais à direita, que hoje declaram voto em Flávio Bolsonaro. Com Caiado candidato, um forasteiro no partido, setores mais liberais do PSD sentirão menos constrangimento em optar por Lula no primeiro turno.

Como Caiado tem mais experiência política e eleitoral, mais segurança emocional, realizações a mostrar e experiência de governo, poderá atrair eleitores que votariam em Flávio por falta de opção ou porque o consideram imaturo e inexpe-

riente. Flávio, Caiado, Zema e Renan Santos, qualquer um dos três preferirá disputar o segundo turno com Lula porque: **1.** O atual presidente deverá estar no segundo turno; **2.** Cada um considerará que será mais fácil vencer Lula no segundo turno do que qualquer outro candidato.

Esta situação indica que haverá intensa disputa dos eleitores de centro-direita e direita entre os candidatos desse campo. Zema parece ter um perfil mais regional, circunscrito a Minas Gerais. É preciso, no entanto, prestar atenção em Renan Santos. O candidato do partido Missão poderá tornar-se um fenômeno eleitoral, assemelhado ao que Pablo Marçal foi nas eleições municipais de São Paulo em 2024.

Duas circunstâncias podem favorecer Renan Santos. A primeira diz respeito à conjuntura, a segunda, ao seu perfil. A conjuntura favorece a mudança, o surgimento de algo novo. Ela revela uma exaustão social com a política e a falta de perspectivas em relação ao futuro. Uma pesquisa Datafolha revela que 59% dos entrevistados se sentem tristes, 61% são tomados pelo desânimo e outros



**RESTA SABER
SE ALGUM
ADVERSÁRIO
DE LULA VAI
CAPTURAR O
SENTIMENTO DE
MUDANÇA NO AR**



61% sentem medo em relação ao futuro.

Apesquisa do IBGE sobre a saúde mental dos adolescentes revela um quadro preocupante. Dentre os vários indicadores levantados, 42,9% dos jovens afirmaram que se “sentem irritados, nervosos e mal-humorados por qualquer coisa” e 18,5% pensam sempre, ou na maioria das vezes, “que a vida não vale a pena”. Neste indicador, como em todos os outros, o quadro é mais grave entre as meninas, com 25%, e menor entre os meninos, com 12%. Ainda dentre as meninas, 43,4% já tiveram vontade de se machucar por conta própria ante 20,5% dos meninos.

Esse ambiente social degradado, ao qual se somam o alto número de feminicídios, sensação de insegurança e de violência, alto custo de vida, endividamento das famílias, gastos com jogos nas *bets*, escândalos de corrupção com as emendas parlamentares, INSS e Banco Master, não só estimula os desejos de mudança, como também prejudica o governo e os partidos e políticos do sistema vigente.

Renan Santos é jovem, dotado de versatilidade discursiva, se apresenta como

a “verdadeira direita” e com um discurso antissistema. Afirma que Flávio é do Centrão, que não passaria de um judas que tem de ser destruído e que não tem nenhuma proposta séria. Diz que a família Bolsonaro é corrupta e faz parte do sistema. Todo o sistema político-partidário seria corrupto. Afirma que é preciso combater a corrupção sem pragmatismo institucional, sem negociação com o Centrão e sem concessões.

Diferente de Marçal, que tinha uma postura mais performática, o discurso de Santos é mais analítico, conceitual e reflexivo. Afirma que a esquerda perdeu o horizonte e a perspectiva de futuro, enquanto a direita que está aí seria oportunista, corrupta e desqualificada. A política, de modo geral, estaria num patamar rebaixado e medíocre. Aponta a necessidade de várias reformas, mas principalmente a política e a administrativa.

Na pesquisa Datafolha de março, aparece com 3% de intenções de voto, Lula

com 39% e Flávio com 34%. Na pesquisa Atlasintel/Bloomberg de 23 de março, Lula tem 45,9%, Flávio soma 40,1%, Renan, 4,6%, à frente de Caiado, com 3,7%. Na faixa etária de 16 a 24 anos, o candidato do Missão tem 24,7%.

O uso de estratégias digitais é a aposta para se projetar no eleitorado, visando atenuar a indisponibilidade de outros meios como rádio e tevê e fundos partidários e eleitorais. Análises de rede indicam que a média mensal de *posts* relacionados a Renan Santos nas principais plataformas é de 180 mil, e que, nas menções de pré-candidatos nas redes, ele aparece em terceiro lugar, com 11,9% do índice, perdendo apenas para Lula, que tem 19,9%, e Flávio, com 20,09%.

A tendência é de um campo movido entre as candidaturas de direita e de um segundo turno muito acirrado entre Lula e um desses postulantes. O potencial de Renan Santos e o desempenho dos demais candidatos não são automáticos. Tudo dependerá das estratégias e do jogo jogado. O primeiro turno se desenha como um cenário de imprevisibilidades. •



Não acaba em pizza

EXTRADIÇÃO A Justiça italiana demole os argumentos de defesa da ex-deputada Carla Zambelli, baseados em desinformação

POR JAMIL CHADE

"Eu tenho um passaporte italiano, pode colocar Interpol atrás de mim, eles não me tiram da Itália." A ex-deputada Carla Zambelli aspergiu essa frase repleta de confiança em uma entrevista à rede de tevê CNN, em junho de 2025, quando ainda estava nos Estados Unidos, após uma fuga cinematográfica que a levou à Argentina pela fronteira de Foz do Iguaçu e de lá até Miami. "Sou cidadã italiana e lá eu sou intocável, a não ser que a Justiça italiana me prenda. E aí não vai ser o Alexandre de Moraes, vai ser a Justiça italiana. Estou pagando para ver um dia desses."

O dia chegou. A Corte de Apelação de Roma não aceitou os argumentos de defesa da ex-deputada e decidiu extraditá-la. Os advogados ainda tentarão uma última cartada, por meio de um recurso na Corte de Cassação, mas, para juristas europeus e mesmo para as autoridades brasileiras, a decisão é considerada como um marco. Zambelli foi condenada a dez anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal por causa da invasão do sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o *hacker* Walter Delgatti, na campanha para tentar levantar dúvidas sobre a lisura das eleições de 2022. Depois de deixar Miami, a ex-parlamentar amoitou-se na capital italiana, on-

de acabaria presa em 29 de julho do ano passado. Foram nove meses atrás das grades à espera do veredicto.

A sentença de 35 páginas da Corte italiana obtida por *CartaCapital* demole ponto por ponto a linha de defesa de Zambelli, alicerçada em desinformação. No documento, a brasileira é descrita como alguém que havia "fugido do País para se esquivar voluntariamente da ordem judicial" contra ela, refugiando-se na Itália. "A Polícia Judiciária destacou que era evidente que a mulher contou com uma rede de apoio durante seu período de fuga, tornando o risco de sua evasão concreto e presente", rememora o documento. "Essa circunstância – além de outras consequências legais – comprova a existência de uma fuga em curso, não de um perigo iminente, visto que a acusada não parecia ter vínculos sólidos com o território nacional, apesar de sua cidadania italiana."

A Corte afastou a suposta parcialidade do ministro Alexandre de Moraes

A própria saída do Brasil é apresentada como suspeita. Segundo a decisão, em maio de 2025, Zambelli argumentou ter deixado o País "por motivos de saúde" e foi para os Estados Unidos. "Mas – devido aos altos custos – ela veio para a Itália, onde alugou um apartamento onde vivia com o marido na época de sua prisão." Um suposto problema de saúde foi uma das principais apostas da defesa para pleitear que a cliente acompanhasse o processo em liberdade. O argumento não convenceu, porém, o tribunal, que designou um perito médico-legal para avaliar a compatibilidade entre a saúde da detida e as condições prisionais. Em 28 de agosto, o tribunal apontou "plena existência de risco de fuga" e "ausência de condições de saúde incompatíveis com a detenção, conforme atestado pelo laudo médico-legal".

Outro ponto desmontado pela Corte italiana foi o argumento sobre a suposta "parcialidade" do juiz Alexandre de Moraes. "A objeção é infundada por uma série de razões convergentes, que vão desde a ausência de um elemento objetivo concreto de preconceito até a maneira específica como a questão foi tratada nos processos brasileiros", constatou a Corte. "As objeções da defesa quanto às garantias de um julgamento justo são infundadas... a alegada parcialidade do juiz relator não é sus-



Ela tá chegando. Os advogados vão recorrer ao Tribunal de Apelação, mas são poucas as chances de evitarem o retorno da ex-parlamentar ao Brasil

tentada por elementos objetivos e verificáveis suficientes. A estrutura geral do processo brasileiro assegura as garantias fundamentais de um julgamento justo nos termos exigidos pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e supranacional.”

Zambelli recorreu ainda ao argumento de que as prisões brasileiras eram inseguras, fato igualmente rejeitado pela Corte. Durante as audiências, os advogados apresentaram relatos de abusos nas cadeias nacionais. Segundo os defensores, as penitenciárias do País seriam “incapazes de garantir assistência médica adequada, caracterizadas pela escassez de pessoal de saúde, dificuldade de acesso a consultas com especialistas, exames diagnósticos e medicamentos, bem como graves deficiências na assistência à saúde mental”. A defesa insistiu no discurso da “incompatibilidade absoluta entre as condições clínicas da pessoa a ser extraditada e o contexto prisional brasileiro, argumentando que a entrega a exportaria a um risco real, concreto e presente de tratamento desumano e degradante, bem como a um grave perigo para sua vida e saúde”. O tribunal romano foi, no entanto, categórico: “A mera referência a uma situação crítica geral no sistema prisional não é suficiente, a menos que seja acompanhada da demonstração de um risco concreto e individualizado”.

Adendo: bolsonaristas como a ex-deputada costumam chamar de “mimi” as denúncias a respeito de condições precárias nas cadeias locais.

A documentação produzida pelos advogados de defesa era composta, em grande parte, acentuou o despacho, “de material de qualidade probatória insuficiente para atender aos padrões exigidos”. Mais: “Muitas fontes consistem em artigos de imprensa generalistas, que carecem das características de imparcialidade, atualização e especificidade institucional que a jurisprudência exige” e “parte da documentação produzida consiste em declarações políticas de parlamentares ou integrantes da oposição brasileira, bem como *blogs* e sites sem atribuição institucional clara”. Para os italianos, os documentos não se referiam à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, instituição indicada como destino de Zambelli. “O Tribunal não pode substituir uma avaliação concreta por um julgamento abstrato e generalizado baseado em dados agregados que não dizem respeito à unidade em questão.”

A Corte italiana impôs algumas exigências para aprovar a extradição. O Brasil terá de garantir o cumprimento da pena na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, acesso irrestrito aos advogados e à representação diplomática e consular italiana e o direito da condenada de se corresponder com a família e defensores de maneira adequada e confidencial. O Brasil também se compromete a informar periodicamente a autoridade diplomática italiana sobre as condições de saúde e de detenção, ao menos trimestralmente e imediatamente em caso de eventos significativos.

As exigências foram semelhantes às aquelas impostas para a extradição de Henrique Pizzolato há uma década.

Outra linha da defesa era alegar que o crime atribuído a Zambelli tinha natureza política, e que não poderia ser analisado com base no tratado de extradição entre os dois países. Mas a Corte igualmente rejeitou a alegação. “Esta suposição não pode ser aceita”, descreve o juízo,

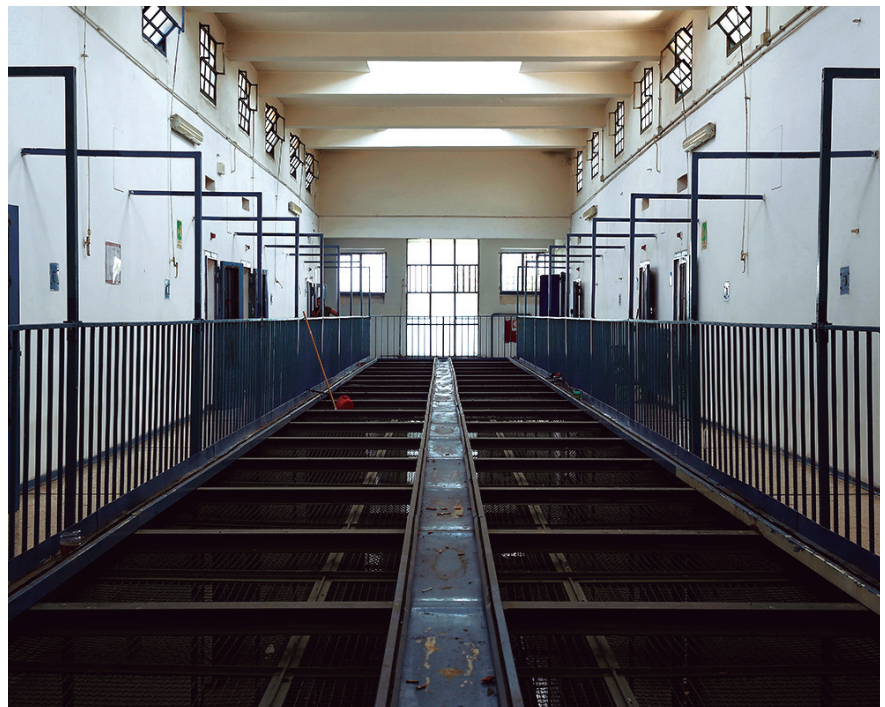
A Corte não acatou os frágeis argumentos sobre as condições precárias das cadeias no Brasil

“A conduta atribuída à pessoa a ser extraditada no processo brasileiro – acesso não autorizado aos sistemas informáticos do Conselho Nacional de Justiça e a criação e inserção, nos mesmos sistemas, de documentos judiciais ideologicamente falsos, incluindo um mandado de prisão falso contra um magistrado do Supremo Tribunal Federal – não constitui crime político, nem mesmo em seu sentido mais amplo.” Na sequência, o tribunal afirma: “O objetivo perseguido foi a manipulação fraudulenta da infraestrutura de TI do sistema judiciário brasileiro

mediante o uso abusivo de credenciais de terceiros e a alteração dos dados nelas contidos. Essas condutas são ofensivas à integridade dos sistemas informáticos institucionais e à confiança pública nos documentos judiciais, bens jurídicos cuja proteção é comum a qualquer sistema democrático consolidado e que não assumem conotações políticas simplesmente porque os sistemas violados pertencem a um órgão estatal ou porque o autor do crime ocupava cargo público à época dos fatos”.

O passaporte italiano não a salvou, como ela parecia acreditar. O tribunal avaliou que Zambelli não possuía “quaisquer raízes sociais, territoriais ou culturais efetivas na Itália”. Na decisão, os juízes concluíram: “A cidadania italiana da pessoa extraditada, mesmo que concomitante à brasileira, não constitui impedimento à concessão da extradição para a República Federativa do Brasil”.

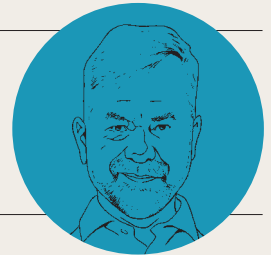
Em resumo, cidadania não é salvo-conduto. E mentiras têm limites. •



Reclusão. A penitenciária na Itália que abriga Zambelli há nove meses

PAULO ARTAXO

Cientista e diretor do Centro de Estudos Amazônia
Sustentável da Universidade de São Paulo (CEAS-USP)



Soberania e combustíveis fósseis

► **A forte dependência de petróleo e gás importados ameaça a segurança nacional e o custo de vida. Sistemas energéticos mais seguros, autônomos e sustentáveis são a atual palavra de ordem**

A segurança energética está cada vez mais ligada à capacidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e diversificar as fontes de energia. O atual conflito no Oriente Médio evidencia os riscos de dependência estrutural, incluindo volatilidade de preços, riscos geopolíticos e impactos ambientais severos. Petróleo, carvão e gás natural são os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, intensificando a crise climática. Nesse contexto, a transição para energias renováveis, como solar, eólica e biomassa, deixa de ser apenas uma opção ambiental e passa a ser uma estratégia essencial para a soberania e a estabilidade econômica.

O petróleo tem sido uma das principais causas de guerras modernas. Entre um quarto e metade das guerras interestatais entre 1973 e 2007 estiveram ligadas à *commodity*. Uma transição para energias renováveis pode ajudar a mitigar conflitos internacionais. Países europeus que tiveram de deixar

de ter acesso ao gás russo descobriram que investir em geração eólica e solar lhes traria soberania no setor energético. A União Europeia e a maior parte dos países tiveram fortes aumentos de preços dos combustíveis fósseis desencadeados pelo conflito no Oriente Médio. Ficou demonstrado que a forte dependência de petróleo e gás importados ameaça a segurança nacional e o custo de vida. As ações governamentais para minimizar o novo choque do petróleo ocorrem nos quatro cantos do planeta.

Investir em fontes limpas, descentralizadas e tecnologicamente acessíveis fortalece a resiliência dos sistemas energéticos, reduz vulnerabilidades geopolíticas e promove desenvolvimento sustentável. Isso é particularmente importante para países como o Brasil, com um dos maiores potenciais de geração de energia solar e eólica. Essa estratégia poderia tornar o Brasil uma potência energética global, com energia barata, limpa e renovável.

A transição para fontes renováveis redefine o conceito de segurança energética ao introduzir maior diversificação e descentralização na matriz energética. Diferentemente dos combustíveis fósseis, essas fontes são abundantes, amplamente distribuídas e menos sujeitas a disputas geopolíticas. Além disso, os avanços tecnológicos têm colocado os custos da geração renovável muito abaixo dos combustíveis fósseis. Ou seja, além disso, é um negócio melhor. Sistemas energéticos mais seguros, autônomos e sustentáveis são a atual palavra de ordem.

A continuidade do uso intensivo de

combustíveis fósseis compromete não apenas o equilíbrio climático, mas também a estabilidade econômica e social de longo prazo. Eventos extremos, escassez hídrica e mudanças nos padrões climáticos já afetam diretamente a geração e o consumo de energia, evidenciando que a crise climática também é uma crise energética. Não podemos esquecer que os combustíveis fósseis são responsáveis por 90% das emissões de dióxido de carbono, o principal gás de efeito estufa.

Essa necessária transição energética traz, no entanto, desafios importantes. A intermitência de algumas fontes renováveis exige investimentos em armazenamento de energia, redes inteligentes e sistemas de gestão mais sofisticados. Também é fundamental garantir que a transição seja justa, beneficiando os setores economicamente mais vulneráveis e contribuindo para a redução das desigualdades sociais. No Brasil, atualmente cerca de 20% da geração solar e eólica está sendo jogada fora, pela inadequação das redes de transmissão nacionais. A modernização por meio da implantação de *smart grid* é uma necessidade urgente.

O fim dos combustíveis fósseis não representa apenas uma mudança tecnológica, mas uma transformação estrutural nos sistemas produtivos e nos padrões de consumo. Países que liderarem esse processo tendem a fortalecer suas seguranças energéticas, reduzir vulnerabilidades externas e impulsionar novas cadeias de valor baseadas na economia de baixo carbono, preservando as bases que sustentam a vida no planeta. •

redacao@cartacapital.com.br

Pássaro na mão

RIO DE JANEIRO Para disputar o governo fluminense no controle da máquina, Paes (PSD) e Ruas (PL) mostram-se dispostos a arriscar os projetos de reeleição em 2030

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Ainda sem saber como e quando será feita a escolha de seu próximo governador, o Rio de Janeiro terá de esperar passar o feriado da Páscoa para colocar um ponto final na indefinição eleitoral que se seguiu à renúncia de Cláudio Castro. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, marcou para 8 de abril a retomada do julgamento que definirá se serão realizadas eleições diretas ou indiretas para a escolha do nome que exercerá um mandato-tampão no Palácio Guanabara até o fim do ano. A decisão determinará como se movimentarão nos próximos meses as principais peças no tabuleiro político fluminense, entre eles os candidatos a governador Eduardo Paes, do PSD, que terá o apoio do presidente Lula, e Douglas Ruas, do PL, o candidato de Flávio Bolsonaro.

Não se sabe para qual direção rumará o STF. Quando foi interrompido na sexta-feira 27, o julgamento em plenário virtual já tinha 4 votos para que a eleição ao mandato-tampão no Rio seja direta. Embora a análise inicial do colegiado tivesse como objeto uma liminar concedida pelo ministro Luiz Fux sobre as regras da eleição indireta anteriormente definida pelo Tribunal Superior Eleitoral, a discussão deu uma guinada após o voto de Alexandre de Moraes, que defendeu

a participação direta da população. “A leitura que privilegia eleições indiretas como regra inverte a lógica constitucional, em prejuízo do regime democrático”, disse o ministro, que em seguida teve o voto acompanhado por Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin.

Até o momento do voto de Moraes, a discussão dava-se sobre as regras das eleições indiretas, com divergências somente quanto ao prazo de desincompatibilização dos candidatos que ocupavam cargos públicos ou quanto ao regime de votação entre os deputados – se secreto ou aberto. O placar então confirmava o pleito indireto, com os votos de Fux, Cármen Lúcia, André Mendonça, Nunes Marques, Dias Toffoli e Fachin. No entanto, na mesma noite, uma decisão de Zanin embaralhou novamente as cartas.

Provocado por uma ação do PSD, o ministro determinou a suspensão das elei-

ções indiretas no Rio até que o STF definisse como deverá ser o pleito. Zanin também pediu que o retorno da análise sobre a liminar de Fux aconteça em plenário físico, o que, na prática, fará com que o julgamento volte ao início já sob a luz do voto de Moraes, que foi acompanhado pelos outros três ministros. A expectativa é que os seis colegas que votaram primeiro revejam seus votos, pois não haviam considerado a proposição de Moraes.

De acordo com a decisão de Zanin, até que o assunto se resolva o Rio continuará a ser governado de forma provisória pelo presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto, que, em princípio, deveria marcar novas eleições em até 30 dias, prazo que não poderá ser cumprido. Enquanto isso, os bastidores políticos no Rio atingem o ponto de fervura, tanto em um caso de diretas quanto de indiretas. Se a escolha para o mandato-tampão for mesmo feita pela população, a eleição já tem data sugerida – 21 de junho – e, ao que tudo indica, será uma antecipação do pleito principal a ser realizado em outubro, pois tanto Paes quanto Ruas já declararam que vão se candidatar.

“Seja qual for a decisão do STF, estarei pronto para disputar tanto o mandato-tampão quanto as eleições de outubro”, diz o pré-candidato do PL. O partido hoje está dividido entre o grupo mais próximo a Castro e o grupos liderados por Flávio e pelo deputado federal Altineu Côrtes, presidente do PL no estado, mas a estratégia de todos é uma só: colocar Ruas já na cadeira de governador antes de enfrentar o favorito Paes nas urnas em outubro. Tudo seria mais fácil, claro, se as eleições fossem indiretas, o que deixaria Ruas, que é deputado estadual, como pule de dez para vencer as suplementares.

A força de Ruas junto aos colegas pôde ser medida na eleição-relâmpago, posteriormente anulada pelo TJ fluminense, para a escolha do novo presiden-

O STF ainda não definiu se a disputa pelo mandato-tampão de Cláudio Castro será direta ou indireta



Apostas. No voto popular, o ex-prefeito do Rio é franco favorito. Já Ruas conta com o apoio dos colegas na Alerj

-tampão, pode abrir o flanco para uma inesperada derrota em outubro. Se concorrer nas eleições suplementares e ganhar, como indicam hoje todas as pesquisas, pode perder o direito de ser novamente candidato em 2030. “Se Paes, Ruas ou qualquer outro candidato vencer na suplementar e depois se eleger em outubro, vai queimar uma reeleição, não poderá voltar a disputar o governo daqui a quatro anos”, observa o advogado eleitoral Hélio Silveira. Isso, “em condições normais de temperatura e pressão”, pondera o especialista. “O Supremo sempre pode entender de modo diverso.”

Assim sendo, impedir que o PL, agora com Ruas, permaneça à frente da máquina estadual justifica o aparente sacrifício de Paes? Sim, na opinião da maioria do PSD, como é o caso do deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha. “Vale a pena. Paes poderá iniciar a urgente reestruturação do estado ainda este ano”, diz o parlamentar. Outro aliado de Paes, o deputado Carlos Minc, do PSB, diz que também se pergunta se sair candidato em junho é uma boa para Paes. “Pelo visto, eles analisam que é fundamental esse cargo não estar nas mãos da direita até outubro. É um cálculo, e tem seus riscos”, avalia Minc.

Na decisão que anulou a eleição para a presidência da Alerj, a desembargadora Suely Magalhães viu na escolha de Ruas a toque de caixa uma “indigitada manobra” do grupo político no poder. O mesmo entendimento teve Moraes ao afirmar no STF que a renúncia de Castro na véspera do julgamento que iria cassá-lo teve como fim burlar a decisão do TSE sobre o ex-governador. “A renúncia foi uma manobra com o nítido objetivo estratégico de evitar a eleição direta.” •



te da Assembleia Legislativa. A Alerj vem sendo comandada de forma interina pelo deputado Guilherme Delaroli, do PL, desde o afastamento do ex-presidente Rodrigo Bacellar, do União Brasil, preso por determinação do STF. No pleito, anulado por atropelar os prazos regimentais da Casa Legislativa, Ruas obteve 45 votos entre 70 deputados presentes na sessão.

Deixar Ruas no comando da máquina pública, no entendimento do grupo de Paes, é dar uma chance de ouro para que

o adversário fortaleça seu nome junto a prefeituras do interior do estado, justamente onde o ex-prefeito do Rio enfrenta mais dificuldades. Daí a surpreendente decisão de Paes de concorrer nas eleições suplementares. “Na interpretação de diversos juristas, a Justiça Eleitoral deveria convocar eleições diretas. A população tem o direito de escolher. Diretas, já!”, postou o pré-candidato do PSD.

Paes se vê diante de uma escolha de Sofia. Se não concorrer para o mandato-



Paladar viciado

NUTRIÇÃO Alimentos ultraprocessados embalam epidemia de obesidade infantil no Brasil, alerta estudo do Unicef

POR MARIANA SERAFINI

Em 2025, a obesidade superou a desnutrição como a forma mais prevalente de má nutrição entre crianças e adolescentes no mundo, segundo o Unicef. No Brasil, essa inversão ocorreu há mais de 25 anos. Graças ao êxito de políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, o País deixou de figurar no vergonhoso Mapa da Fome da ONU. A am-

pliação do acesso a alimentos não se traduziu, porém, em melhor qualidade nutricional para grande parte da população. Hoje, especialistas alertam para uma epidemia de obesidade: o percentual de jovens de 10 a 19 anos com excesso de peso saltou de 18,27%, em 2010, para 33,52% no ano passado, de acordo com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) do Ministério da Saúde.

Divulgado na terça-feira 31, um estudo do Unicef ajuda a explicar esse avanço ao associar o aumento da obesidade infantil-juvenil ao crescente consumo de alimentos ultraprocessados – produtos prontos para consumo, com baixo valor nutricional e alta concentração de aditivos, também conhecidos como *junk food* (“comida lixo”, em tradução literal). A pesquisa ouviu 614 responsáveis por crianças e adolescentes de famílias das classes C, D e E em três comunidades urbanas – Guamá (Belém), Ibura (Recife) e Pavuna (Rio de Janeiro) – e incluiu, além de questionários, grupos focais com mães, cuidadoras e lideranças locais. Os resultados apontam uma elevada presença desses produtos em refeições rápidas, como café da manhã e lanches, além de dificuldades na identificação de opções saudáveis: 49% dos entrevistados consideram, por exemplo, *nuggets* preparados na *air fryer* um alimento adequado. O estudo também mostra que dois em

Junk food. O maior perigo reside nas refeições rápidas, como café da manhã ou o lanchinho da tarde, revela a pesquisa

cada três participantes ignoram os alertas da “lupa” nos rótulos, que indicam altos teores de açúcar, gordura e calorias em alimentos industrializados.

Especialistas alertam que o aumento do consumo desses produtos não ocorreu de forma espontânea. Ao contrário, há uma estratégia da indústria para ampliar a variedade de *junk food* nas gôndolas dos supermercados. A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE demonstra que as calorias adquiridas pelas famílias brasileiras por meio dos ultraprocessados passou de 12,6% em 2003 para 18,4% em 2018. No mesmo período, a redução de consumo de alimentos *in natura*, como arroz, feijão, frutas e legumes, caiu de 53,3% para 49,5%. Outro levantamento mais recente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, mostrou que dos 39 mil alimentos e bebidas lançados no mercado brasileiro de 2020 a 2024, 62% eram ultraprocessados, e apenas 18,4% *in natura* ou minimamente processados.

De acordo com a pesquisa do Unicef, a exposição precoce de crianças a “ambientes obesogênicos favorece escolhas alimentares não saudáveis e comportamentos sedentários”. O lanchinho da tarde com bolachas, salgadinhos, refrigerantes e sucos de caixinha parece inocente, mas, em excesso pode trazer consequências graves ainda na infância e deixar sequelas por toda a vida. Alguns ingredientes encontrados em altas quantidades nos ultraprocessados, como sódio, açúcares e gorduras, são os principais vilões. Essas fórmulas contam ainda com realçadores de sabores, emulsificantes, corantes, acidulantes e saborizantes utilizados para melhorar a aparência, a textura e até a

cor, que podem ser altamente viciantes.

A médica Fabíola Suano, presidente do Departamento de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria, explica que a ação desses aditivos na primeira infância tem maior impacto no desenvolvimento dos órgãos e sistemas. “O efeito nocivo ao longo da vida se intensifica.” Isto significa que, quanto mais cedo a criança for exposta aos ultraprocessados, piores podem ser as consequências, que vão muito além de um “paladar viciado”. “Uma criança habituada a consumir macarrão instantâneo, bolacha, refrigerante terá o paladar moldado para preferir esse tipo de alimento na idade adulta. Hoje, os ultraprocessados já são comparados ao cigarro e ao álcool.”

Além de obesidade e sobrepeso, a dieta baseada em *junk food* traz uma série de outras complicações. A especialista em Nutrição e Saúde do Unicef Stephanie Amaral revela o surgimento em crianças de “doenças que antes eram de adultos”. Entre elas, o diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares, depressão e morte precoce por todas as causas, elenca a nutricionista Patrícia Jaime, coordenadora científica do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens), da Faculdade de Saúde Pública da USP.

A especialista destaca ainda uma pesquisa publicada no ano passado pelo nutricionista e pesquisador Lucas Faggiani, da mesma universidade, que demonstra como “o consumo de ultraprocessados está associado a alterações na microbiota intestinal com pior diversidade e maior

presença de bactérias ligadas a perfis menos favoráveis de saúde, sobretudo entre crianças que já não recebiam leite materno”. De acordo com ela, “esse achado é importante porque a microbiota intestinal participa de funções essenciais do organismo e se conecta ao chamado eixo intestino-cérebro, que influencia respostas imunológicas, hormonais e até aspectos do comportamento”.

Um estudo do Nupens mostra que, a cada 10% de aumento na participação de ultraprocessados na dieta, há uma elevação de 10% no risco de sintomas depressivos. “Quando se observa o conjunto das evidências, uma meta-análise de estudos prospectivos indica que pessoas com maior consumo desses produtos têm um risco cerca de 30% maior de desfechos relacionados à depressão”, explica Patrícia Jaime. A representante do Unicef acrescenta que as mudanças na microbiota “também estão relacionadas a alterações hormonais associadas à ansiedade, depressão e hiperatividade”.

Mesmo diante de todos esses malefícios, por que esses alimentos ainda são escolhidos pelas famílias? Tamara Correia de Andrade, especialista em regulação de alimentos do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), atribui o fenômeno ao apelo publicitário dos ultraprocessados, além de alertar que as embalagens podem transmitir mensagens enganosas. “Uma bolacha sabor morango, por exemplo, exibe a fruta no rótulo frontal, mas muitas vezes nem contém morango na formulação, o que confunde o consumidor”, explica. A diagramação, geralmente atraente para crianças, dificulta convencê-las de que o produto não é saudável, especialmente quando há mascotes ou heróis de séries, filmes e jogos.

Em 2014, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) publicou a Resolução 163/14,

Um terço dos jovens de 10 a 19 anos está com excesso de peso, revelam dados do Ministério da Saúde

que estabelece diretrizes para a publicidade infantil e considera abusiva qualquer comunicação mercadológica voltada às crianças. As regras, no entanto, não se estendem às embalagens. E mesmo que as propagandas sejam proibidas na programação televisiva, hoje os pequenos estão muito mais expostos aos programas infantis na internet. “A publicidade direcionada ao público infantil é abusiva por natureza, porque se aproveita da falta de discernimento, da deficiência de julgamento das crianças”, explica Tamara Andrade. O Idec entende que a embalagem não é apenas informativa, mas funciona também como uma peça publicitária abusiva e “muito atrativa para as crianças”, por isso precisa de regulamentação.

A coordenadora do Nupens, por sua vez, alerta para o peso econômico e estratégico do marketing das indústrias para substituir a alimentação tradicional brasileira, como arroz, feijão, salada e uma carne, pelos ultraprocessados. “Essa mudança não acontece por acaso. Os ultraprocessados são formulados com o propósito de gerar lucro, por isso há um imenso investimento em publicidade. Não se trata apenas de uma escolha individual.” Assim como a mudança dos hábitos não deve ser vista como um sintoma dos indivíduos, as consequências também precisam ser vistas como problemas coletivos, avalia a médica da Sociedade Brasileira de Pediatria. “No Brasil, cerca de 70% da população vive com excesso de peso. É uma doença que reduz a qualidade de vida, aumenta a chance de morte, de doenças crônicas e de alguns tipos de cânceres. Mas, quando há uma incidência tão alta, ela não pode ser vista como uma doença do indivíduo. É uma doença da sociedade.”

Quase metade dos consumidores acredita que *nuggets preparados na air fryer* são saudáveis

O aumento da oferta de ultraprocessados para todas as classes sociais se intensificou no Brasil nos anos 2000, mas a padronização alimentar e a redução das variedades de ingredientes começaram bem antes, afirma Adriana Salay, professora da USP e especialista em História da Alimentação. “Nos anos 1970, existiam quase 500 variedades de feijão consumidas no País, todas muito regionalizadas. Hoje, a variedade que a gente mais come é o feijão carioca, que foi nacionalizado por meio de um esforço da indústria e da Embrapa, para ampliar a produtividade, e isso gerou uma uniformização nacional do paladar e a perda de sementes locais.”

Há, porém, outros fatores relevantes para a inclusão das *junk foods* na dieta diária: o preço convidativo e a praticidade do preparo. “Hoje, as classes altas consomem mais ultraprocessados.

A classe E ainda tem uma dieta baseada em arroz, feijão e farináceos, mas a tendência é de que essa população vulnerável seja empurrada cada vez mais para os ultraprocessados, devido ao aumento dos preços dos alimentos *in natura*”, avalia a especialista. A inflação atinge muito mais os alimentos perecíveis. Mas a facilidade de armazenamento e os longos prazos de validade dos ultraprocessados têm um forte apelo para as donas de casa no momento da compra. “Existe a ideia de que, se a comida estragar antes mesmo de ter sido preparada, o dinheiro foi perdido”, explica.

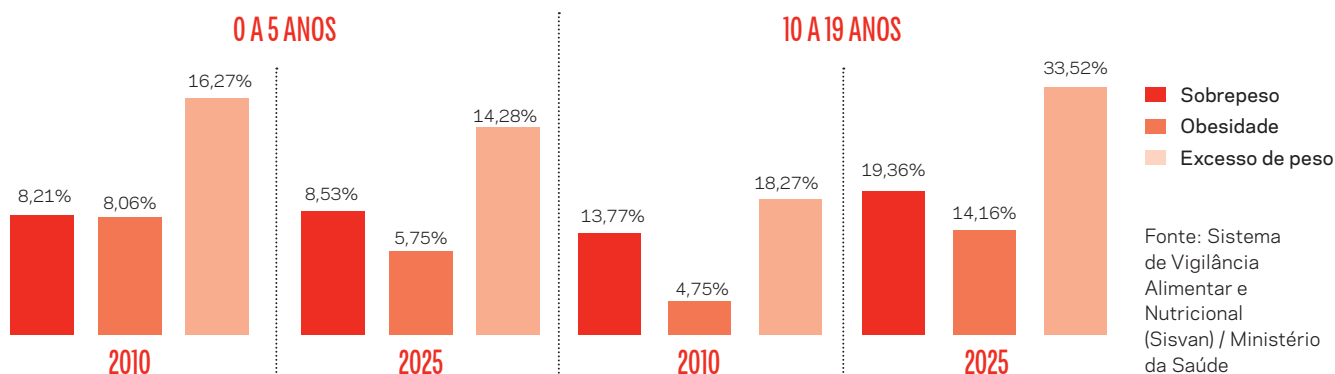
No entanto, nem tudo está perdido, acredita a médica Fabíola Suano. Para ela, o Brasil ainda tem “muitas chances” de reverter esse alto consumo de ultraprocessados e uma imensa “possibilidade de resgate” dos hábitos alimentares saudáveis, diferentemente do que ocorre nos EUA e em países europeus, cuja dieta está fortemente concentrada nos ultraprocessados, chegando a taxas próximas de 80%. “No Brasil, esse índice está entre 30% e 35%. Isso indica que a cultura alimentar tradicional ainda resiste e pode ser fortalecida”, avalia. A médica observa também que, fora dos grandes centros urbanos, a população “come muito melhor” porque mantém contato mais próximo com a agricultura familiar. Além disso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar garante o consumo de itens *in natura* nas escolas, onde grande parte dos alunos faz a principal refeição diária. A especialista considera o *Guia Alimentar para a População Brasileira* um instrumento eficaz para melhorar a educação nutricional e proteger as crianças, e a sociedade como um todo, de cair na armadilha das comidas empacotadas. •



Merenda. O programa alimentação escolar é elogiado por especialistas

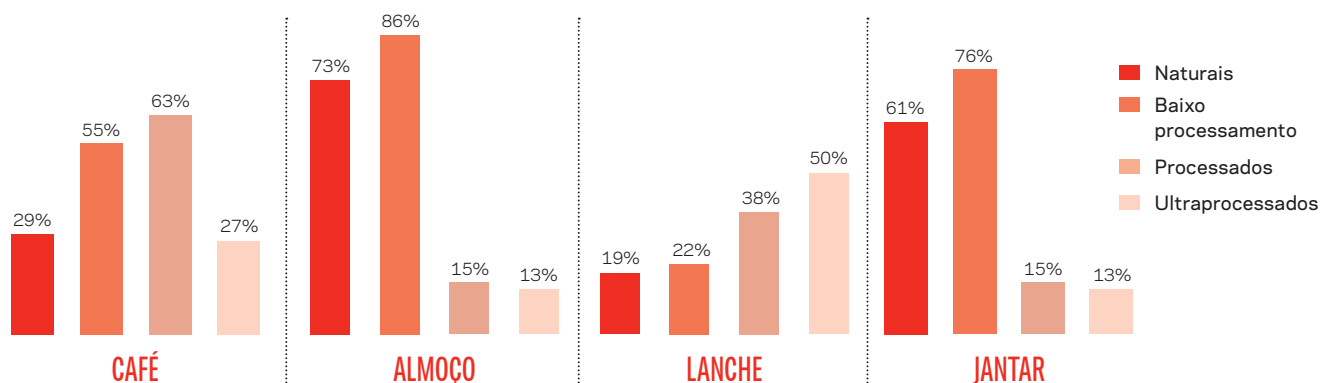
EPIDEMIA DE OBESIDADE

Um terço dos jovens brasileiros estava acima do peso em 2025



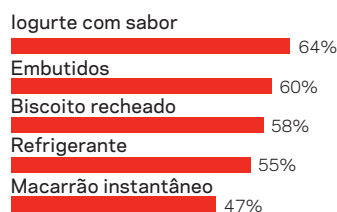
LANCHINHO INOCENTE?

Consumo de alimentos ultraprocessados na dieta de crianças entre 0 e 6 anos



MALVADOS FAVORITOS

Ultraprocessados disponíveis em casa nos últimos sete dias



LUPA IGNORADA

Desconhecimento do sistema nacional de rotulagem de alimentos industrializados

55% nunca olham os alertas de alta concentração de açúcar, gordura ou calorias



62%

disseram que nunca deixaram de comprar um produto por causa da sua composição nutricional



26%

disseram não saber o que significa o símbolo da lupa nos rótulos (e 8% acham que o selo indica um alimento "mais saudável")

Fonte: Pesquisa Ultraprocessados e Infância: Barreiras e Caminhos para Hábitos Saudáveis em Comunidades Urbanas, do Unicef. Ao todo, foram entrevistados 614 responsáveis por crianças e adolescentes nas comunidades de Guamá (Belém), Ibura (Recife) e Pavuna (Rio de Janeiro).

Ecoss da Guerra Fria

CIÊNCIA Conheça o radiotelescópio Bingo, a “perigosa arma” plantada pelos chineses no Sertão da Paraíba, segundo um delirante relatório do Congresso dos EUA

POR FABÍOLA MENDONÇA

Um projeto científico em desenvolvimento há quase 30 anos na Serra do Urubu, no sertão da Paraíba, ganhou inesperada repercussão após um comitê do Congresso dos Estados Unidos publicar, no fim de fevereiro, um relatório com ilações de que se trataria de um equipamento de espionagem a serviço da China, capaz de interceptar o sinal de satélites e monitorar comunicações eletrônicas. O devaneio faz referência ao maior radiotelescópio da América Latina, o Bingo, em fase de instalação no município de Aguiar, a cerca de 450 quilômetros de João Pessoa. Trata-se de mais um factóide criado por parlamentares republicanos para justificar uma eventual retaliação ao Brasil por parte do governo de Donald Trump, que não hesitou em inventar um fictício “Cartel de los Soles” antes de ordenar o sequestro de Nicolás Maduro, na Venezuela, no início de janeiro.

Desenvolvido majoritariamente por cientistas brasileiros, o Bingo se propõe a ser o único radiotelescópio do mundo a realizar a leitura das ondas acústicas de bárions no universo, utilizando tecnologia de ponta, em parceria com a China e vários outros países, entre eles Reino Unido, Holanda, África do Sul e até mesmo os EUA. A ideia é pesquisar a expan-

são do universo, debruçando-se sobre o cosmo não sondado. “Só conhecemos 5% do universo. Nosso intuito é desbravar os outros 95%, um ‘buraco escuro’ muito mais complexo e com muito mais detalhes do que se pensa”, salienta o físico Elcio Abdala, professor da USP e coordenador-geral do Bingo.

O projeto é coordenado pela USP e pela Universidade Federal de Campina Grande, com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e com o governo da China, por meio da Yangzhou University. Em 2023, o presidente Lula assinou um termo de cooperação mútua com Pequim, no qual ficou acordado o uso pacífico do radiotelescópio, voltado à exploração do espaço profundo, tendo como base o Direito Internacional. Ou seja, o projeto

A estrutura física do laboratório será entregue em abril, e a parte eletrônica deve ficar pronta no segundo semestre

não tem qualquer pretensão militar, como especula o Congresso dos EUA.

Coube aos pesquisadores chineses a fabricação dos equipamentos, em parceria com instituições científicas como o Observatório de Xangai, universidades e o Instituto CETC 54 – o mesmo que construiu o maior radiotelescópio do mundo, o Fast. “Os espelhos foram desenhados por nós, e a parte eletrônica, projetada a muitas mãos, envolvendo pesquisadores da China, da Inglaterra e do Brasil. Só que os chineses têm um setor de metalurgia muito avançado e com preços competitivos, então resolvemos contratá-los para fazer essa parte também”, comenta Abdala, lembrando que o projeto ainda contava com a participação de pesquisadores norte-americanos, que se afastaram do projeto após a eleição e posse de Trump.

O Bingo deve entrar em funcionamento em 2027. Até o fim de abril, toda a parte física estará montada e, no segundo semestre, a parte eletrônica ficará pronta, quando terá início a fase de comissionamento – etapa que envolve testes e eventuais ajustes. O equipamento contará com placas metálicas espelhadas, com curvas parabólicas e hiperbólicas, que coletam a informação na forma de radiação e a refletem entre si em um projeto óptico, enviando, em seguida, os sinais para várias cornetas que compõem a estrutura do radiotelescópio. Com isso, ele será capaz de mapear emissões de hidrogênio no espaço escuro por meio de ondas de rádio, utilizando as oscilações acústicas de bárions para medir a expansão do universo.

No entanto, segundo o relatório do Congresso dos EUA, o Bingo estaria inserido em uma “extensa rede de infraestrutura espacial de uso dual na América Latina”, instalada pela República Popular da China (RPC). “Pelo menos 11 instalações espaciais ligadas à RPC, consis-



Astronomia. O equipamento permitirá investigar o ritmo de expansão do universo

tindo em estações terrestres, radiotelescópios e locais de medição a laser de satélites, estão situadas na Argentina, Venezuela, Bolívia, Chile e Brasil. Esses locais possuem capacidades de uso dual (civil e militar) e estão vinculados a diversas entidades ligadas ao Exército de Libertação Popular”, diz trecho do documento, que parece ter sido redigido no auge da Guerra Fria. O relatório vai além ao afirmar que o radiotelescópio paraibano teria capacidade de “interceptar, classificar e isolar pulsos de radar militar, telemetria de satélites e atividades de guerra eletrônica com extrema sensibilidade”.

“O projeto é brasileiro. Não faz o menor sentido essa ilação. O Brasil investiu cerca de 40 milhões de reais, e a maior parte dos estudos foi desenvolvida por pesquisadores nacionais. A etapa de análise foi adquirida de uma empresa sul-africana – um *software* comercial que qualquer radiotelescópio pode utilizar –, enquanto todos os amplificadores vieram dos EUA. A China participa como parceira por ter sido responsável pela construção da parte mecânica”, afirma Alexandre Wuensche, coordenador científico do Bingo e diretor do Inpe. Ele também rebate as acusações: “Não há nem o que dizer, o relatório é completamente absurdo”. Abdala reforça a crítica ao cenário político: “Governos norte-americanos anteriores também eram imperialistas, mas buscavam apresentar-se como democráticos. O atual caça desculpas para invadir”. Wuensche conclui destacando o caráter científico da iniciativa: “Estamos fazendo ciência. Queremos entender por que o universo está em expansão acelerada e qual é a causa desse fenômeno”. •

Opinião ou incitação?

RÉPLICA “O pior país do mundo” não é uma crítica política, é a normalização de um velho discurso

POR CÉLIA PARNES*

Há textos que merecem debate. Outros exigem um limite. “O pior país do mundo” não é uma crítica política – é a normalização explícita de um discurso que abandona qualquer compromisso com rigor intelectual, com fatos e, sobretudo, com responsabilidade moral. O texto busca construir um inimigo – e o nomeia de forma inequívoca: os judeus.

Ainda que tente diluir a estratégia sob o rótulo de “sionistas”, ao afirmar que “sionistas são todos criminosos” e ao associar judeus a manipulação financeira, controle da mídia e corrupção política, o artigo não apenas reproduz – ele recicla, com impressionante fidelidade – os mesmos arquétipos que historicamente alimentaram exclusões e massacres como o do Holocausto.

A retórica não tem nada de análise geopolítica contemporânea. Sob a falsa ressalva formal – “não é sobre judeus”, afirma que Israel “nunca deveria ter sido criado” e assim adentra livremente no território da negação da autodeterminação de um povo. Além disso, rotular de forma absoluta um Estado como “genocida e terrorista” é imputação totalizante que substitui fatos por *slogans*.

Não é novo. É exatamente

te por isso que é perigoso. É antigo.

Aideia de que “judeus sionistas” controlam governos, mídia, finanças e cultura é daquelas narrativas de poder oculto, vaga o suficiente para não ser comprovada nem refutada, mas eficaz para mobilizar ressentimento. É uma reedição do mecanismo clássico de preconceito estruturado.

Atribuir a indivíduos isolados, como no caso de Jeffrey Epstein, uma identidade coletiva, como se crimes pessoais pudessem ser usados para incriminar um grupo inteiro, é expediente recorrente de antissemitismo dissimulado. Esse tipo de associação revela o padrão de exceção.

O resultado não chega a crítica política nem a análise de poder. É, obviamente, a construção de um inimigo abstrato, onipotente e moralmente corrompido, exatamente o tipo de formulação que dispensa provas, inviabiliza o debate racional e, historicamente, serviu como base para perseguições históricas.

O texto constrói um inimigo abstrato, onipotente



No meio de tanta insipiência, insere-se ainda a promoção da própria obra, rompendo ostensivamente a fronteira entre reflexão e interesse pessoal. O argumento contém um componente de autopromoção que só reforça a suspeita de que a narrativa busca capitalizar sobre a própria peça de marketing.

O uso de termos agressivos como “medíocre”, “bisonho”, “genocida”, “assassino” e “massa criminoso” revela muito sobre o próprio autor. Indica preferência pela linguagem de condenação absoluta em vez de argumentação, tendência à generalização e desumanização, e substituição de análise por rótulos que dispensam evidência. É um estilo feroz que aposta na descarga emocional imediata e, justamente por isso, anula a própria credibilidade.

Mencionar a origem judaica de Celso



O todo e a parte. O texto atribui a indivíduos isolados uma identidade coletiva e inviabiliza o debate racional

Lafer, Luís Stuhlberger ou “o judeu Ilan Goldfajn” para qualificá-los introduz um filtro identitário que é, por definição, discriminatório. O mesmo vale para invocar Hannah Arendt como rótulo depreciativo: em vez de discutir ideias, recorre-se à associação.

Finalmente, a sequência dos acontecimentos mais recentes: o atual ciclo de guerra não foi iniciado por Israel, mas pelo ataque em larga escala conduzido pelo Hamas em 7 de outubro de 2023. Afirmar que Israel iniciou a guerra é uma distorção factual da cronologia básica dos acontecimentos.

A linguagem que permeia todo o texto busca legitimar o ódio, glorificar a violên-

cia (vida longa ao Irã “com sua munição, mísseis e drones”) e relativizar a gravidade dos conflitos ao transformar um cenário trágico em narrativa de torcida.

Sem dúvida, vida longa ao Irã – não ao regime que o oprime, mas ao seu povo, aos iranianos que seguem como vítimas de um sistema teocrático e totalitário, submetidos a décadas de repressão, silenciamento e negação de liberdades básicas. Que se preserve a nação, sua história e sua cultura, mas que se supere a estrutura que a mantém refém.

Ao transformar um conflito complexo em uma narrativa sem moral e simplificada – com vilões absolutos e justificativas implícitas para hostilidade – o texto contribui para um ambiente onde o ódio deixa de ser constrangido e o antissemitismo pretende passar a ser autorizado.

E esse talvez seja o ponto mais grave. É sobre o tipo de discurso que estamos dispostos a tolerar no espaço público. Quando a linguagem abandona qualquer compromisso com responsabilidade e passa a operar pela lógica da demonização, o debate deixa de existir – e o que sobra é apenas radicalização.

“Preparem-se para um artigo violento” funciona como um prefácio involuntariamente honesto: quando o próprio autor avisa que abriu mão de medir palavras e de fazer ressalvas, ele confessa que deixará seus preconceitos expostos – está admitindo que trocou precisão por impulso. E, nesse caso, o alerta dispensa a leitura. •

**Foi secretária estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo e é presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo e secretária-geral da Confederação Israelita do Brasil.*

Entre metas e concessões

ANÁLISE O Plano Clima traz avanços, mas também revela as limitações políticas da agenda do governo

POR ADILSON VIEIRA E PEDRO IVO BATISTA

Vivemos um momento histórico em que a crise ecológica e o colapso climático deixaram de ser ameaças futuras e se tornaram experiências concretas do cotidiano. Incêndios florestais, eventos extremos, secas prolongadas e enchentes devastadoras já não são exceções, mas a expressão recorrente de um modelo de desenvolvimento em choque com as condições de reprodução da vida. Nesse contexto, o novo Plano Clima do Estado Brasileiro deve ser reconhecido como um passo importante. Em um cenário global marcado por negacionismos, retrocessos e inação, a elaboração de um plano estruturado, com metas e diretrizes, sinaliza uma disposição de enfrentar o problema que não pode ser ignorada.

No entanto, reconhecer esse avanço não implica abdicar da crítica. Ao contrário, é justamente por sua relevância que o plano deve ser analisado com rigor. A questão central não é apenas sua consistência técnica, mas seus limites políticos: em que medida ele enfrenta as causas estruturais da crise climática e até que ponto se acomoda às pressões de setores econômicos que historicamente impulsionam a degradação ambiental?

O plano insere-se em uma lógica que

busca conciliar a urgência climática com a continuidade do crescimento econômico tal como hoje se organiza. Essa tentativa se expressa na aposta em instrumentos como mercados de carbono, financiamento climático e incentivos à inovação tecnológica. No entanto, essa abordagem apresenta limites. Ao depender fortemente de mecanismos de mercado, o plano corre o risco de tratar a crise climática como um problema de eficiência econômica, não como uma questão de transformação profunda dos modos de produção e consumo.

Nesse sentido, o mercado de carbono não pode ser tratado como solução. Ao transformar a atmosfera em ativo financeiro, ele permite a continuidade das emissões por grandes poluidores, desde que compensadas em outros territórios. Trata-se, em grande medida, de um mecanismo que reorganiza responsabili-

Sem mudanças estruturais no atual modelo econômico, não há como superar a crise climática



des sem enfrentar o problema na origem e que ainda amplia a pressão sobre territórios como a Amazônia, convertidos em espaços de compensação para a poluição de outros setores e regiões.

No caso brasileiro, essa tensão se torna ainda mais evidente na Amazônia. O plano reconhece o papel central da floresta na regulação do clima e estabelece metas de redução do desmatamento, um ponto que deve ser valorizado. Ao mesmo tempo, o governo mantém e, em alguns casos, amplia concessões a setores que pressionam diretamente esse território.

A continuidade de projetos de exploração de petróleo e gás, a expansão da infraestrutura voltada ao escoamento de *commodities* e a dependência de um sistema de transporte baseado em combustíveis fósseis revelam uma contradição profunda. De um lado, afirma-se a necessidade de proteger a floresta. De outro, sustenta-se um modelo econômico que depende de sua transformação em recurso. Essa



contradição não decorre apenas de incoerências, mas das disputas internas ao próprio Estado e da influência persistente de interesses econômicos estratégicos. O desafio político do governo é justamente romper com essa dependência histórica e estabelecer limites mais claros a atividades que aprofundam o colapso climático.

As comunidades indígenas e tradicionais oferecem um contraponto essencial a essa lógica. Seus modos de vida demonstram que é possível organizar a relação com a natureza de forma equilibrada. O plano reconhece essa importância, mas de forma insuficiente. Falta transformar esse reconhecimento em centralidade política, garantindo que esses povos sejam protagonistas nas estratégias climáticas, não apenas objetos de políticas.

A transição energética revela avanços e limites. A expansão de fontes renováveis, como solar e eólica, é necessária, mas a forma como vem sendo conduzida gera preocupações. Ao priorizar grandes proje-

tos e manter a concentração do sistema, o plano pouco avança na democratização do acesso da energia. Além disso, ao não enfrentar diretamente o modelo de produção e consumo, corre-se o risco de substituir uma fonte de impacto por outra. A expansão de cadeias associadas às tecnologias “limpas”, como a mineração intensiva para baterias, pode gerar novos conflitos socioambientais sem critérios rigorosos, controle social e respeito aos territórios.

Outro ponto central é a dimensão social da política climática. O plano reconhece a necessidade de uma transição justa, mas trata o tema de forma periférica. Em um país profundamente desigual, qualquer política deve ter a justiça social como eixo estruturante. Caso contrário, os custos recaem sobre os mais vulneráveis e os benefícios se concentram nos setores privilegiados. O plano avança ao colocar a questão climática no centro da agenda pública e ao definir diretrizes na-

Fragilidade. O Brasil continua muito dependente de um sistema de transporte baseado em combustíveis fósseis

cionais, mas, ao ceder ao capital e evitar confrontos, opera dentro de limites que precisam ser explicitados e enfrentados.

A escolha política do governo Lula precisa ser contraposta em seus aspectos conservadores pelos movimentos ambientais e sociais. Não se trata de rejeitar o plano, mas de disputar seu conteúdo, ampliar seu alcance e pressionar por mudanças estruturais. A gravidade da crise ecológica exige mais que ajustes graduais: exige coragem política para enfrentar interesses estabelecidos. O caminho, portanto, é a radicalização democrática da agenda climática. É preciso ampliar a participação social, fortalecer o protagonismo dos territórios, estabelecer limites efetivos a atividades altamente poluentes e construir alternativas econômicas que priorizem a vida.

O novo Plano Clima é ao mesmo tempo um sinal de avanço e um retrato das contradições do presente. Mostra que o Estado brasileiro reconhece a gravidade da crise, mas também revela os limites impostos pelas relações de poder na sociedade. Cabe à sociedade civil, aos movimentos sociais e aos povos da floresta não apenas apoiar os avanços, mas tensionar seus limites e disputar seus rumos. A crise ecológica e o colapso climático não permitirão soluções parciais por muito tempo. O plano abre uma porta, mas o caminho dependerá da capacidade coletiva de aprofundar sua direção e superar suas concessões. •

**Adilson Vieira é sociólogo, coordenador de articulação e parcerias da Rede de Trabalho Amazônico (GTA) e membro do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA). Pedro Ivo Batista é presidente da Associação Alternativa Terrazul e coordenador do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).*



Feito em casa

SOBERANIA Por meio da reformulação de contratos, disputas e negociações, a Petrobras aumenta o fôlego

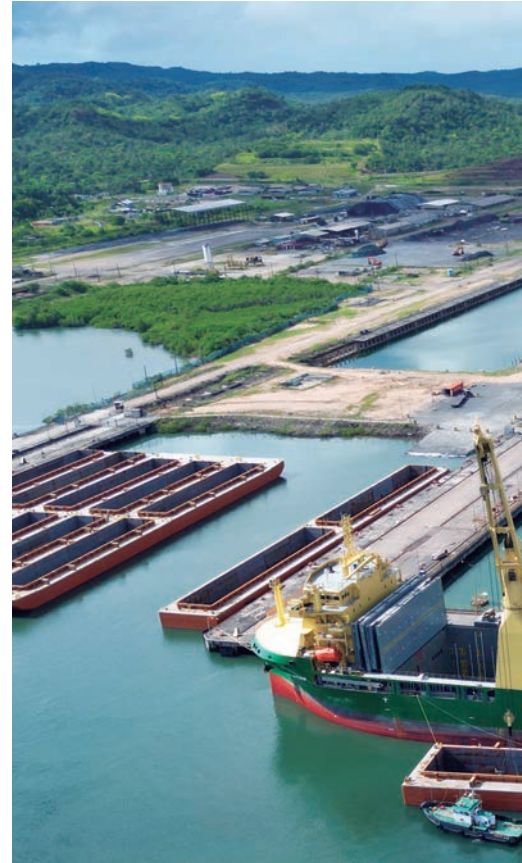
POR CARLOS DRUMMOND

Sem alarde, mas em ritmo intenso, a Petrobras trava uma luta surda com fornecedores estrangeiros, armadores e petroleiras para internalizar serviços de manutenção bilionários feitos nos Estados Unidos, ampliar a parcela de conteúdo local na encomenda de navios e retomar participações de sócias de outros países em campos de exploração no Brasil, entre outras iniciativas, como o aumento da prospecção no País e no exterior. Os enfrentamentos, que recompõem parte das perdas causadas pela gestão anterior da empresa e melhoram as condições de contratos, ocorrem desde o início da gestão atual, mas ganharam intensidade com a guerra no Irã e a obstrução parcial do suprimento mundial de petróleo, químicos e defensivos. Em um caso recente, a estatal enfrentou o forte *lobby* comandado por um ex-diretor da estatal, hoje na cúpula de uma empresa privada concorrente.

O resultado dos confrontos, até agora vencidos pela empresa brasileira, são maior economia na operação, aumento do conteúdo local dos equipamentos, ampliação das reservas de óleo e gás e reforço da autonomia e da segurança econômica da empresa, além da ampliação da segurança energética do País.

Nas plataformas FPSO e FSO, unidades *offshore*, um dos principais equipamentos críticos são as turbinas a gás, também amplamente utilizadas na aviação, que custam 7 milhões de dólares a unidade. Essas turbinas têm como funções centrais gerar energia elétrica e acionar os sistemas de compressão de gás das plataformas. A cada cinco anos, em média, os equipamentos passam por manutenção. Hoje, a Petrobras tem 397 turbinas em operação, das quais 225 são do fabricante Baker, que incorporou a antiga GE. Nos próximos anos, serão mais de 430 turbinas. No contrato anterior, a manutenção era realizada em Houston, Estados Unidos, e no Canadá, agregando custos adicionais em etapas como logística para transporte das máquinas e desembarço aduaneiro, além de aumentar o tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

O governo conseguiu garantir a exigência de conteúdo local em contratos anteriores ao fim do monopólio da estatal, em 1997





Fênix. Após o desmonte no período da Lava Jato, a indústria naval recupera parte das encomendas e dos empregos

No novo contrato, no valor de 4 bilhões de reais, com vigência de cinco anos, que teve a Baker Hughes como vencedora da licitação, a prestação de serviços de manutenção será realizada na unidade da fornecedora localizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro. A manutenção das turbinas no Brasil proporcionará uma economia de 1 bilhão de reais no período.

Em outra iniciativa, a empresa derrotou um *lobby* pesado e exerceu o direito de preferência na compra de uma fatia de 50% da Petronas, gigante petrolífera estatal da Malásia, nos campos Tartaruga Verde e Espadarte Módulo III. A Brava Energia, que conta com o ex-funcionário da Petrobras Carlos Travassos na diretoria, tinha como certa a vitória na disputa. A participação que a Petronas negociava com a Brava havia sido vendida pela própria estatal durante o governo de Jair Bolsonaro, em 2019, por 1,29 bilhão de dólares. Ao preço irrisório de 450 milhões de dólares, a atual gestão reconquistou mais uma parte do patrimônio dilapidado pela administração anterior. Isso foi possível porque a petroleira ainda tinha 50% dos ativos, mantendo-se como operadora e com o direito de preferência. Agora, volta a ter 100% de participação. O BTG calculou que a operação geraria 171 milhões de dólares para a Brava, ou 2 reais por ação, e considerou, na época, “improvável” a Petrobras atravessar o negócio.

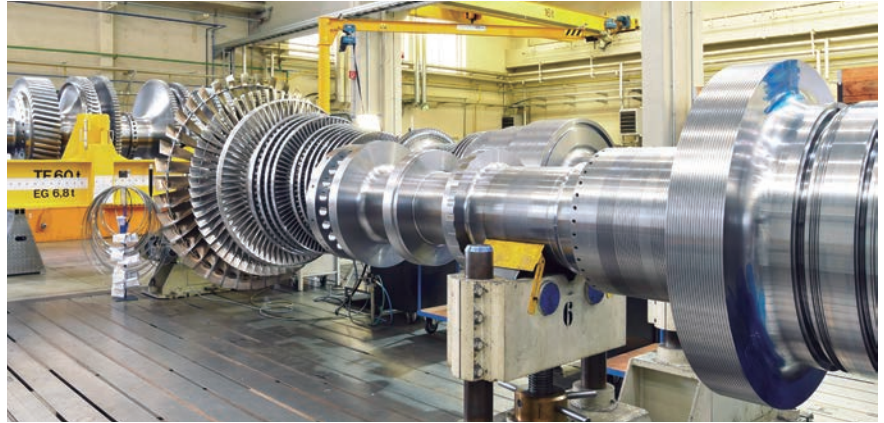
Uma nova modalidade de contrato, com exigência do certificado de conteúdo local de 40% logo no início da operação das empresas que ganham licitações, em vez da verificação do atendimento a esse requisito apenas no fim do processo, como era realizado anteriormente, pos-

Gasto menor. Ficou mais barato cuidar da manutenção de turbinas no Brasil do que mandar para o exterior

sibilitou retomar a construção de embarcações no Brasil, com enormes ganhos para a petroleira e para a indústria local. Quando o conteúdo local era exigido no término do contrato, as despesas operacionais com aluguel, salários, manutenção e marketing eram incluídas. Ao trazer essas despesas para o início do acordo, mantendo os mesmos 40% de conteúdo local, as empresas que alugam embarcações para a Petrobras só conseguiriam cumprir esse requisito se construíssem no Brasil.

O novo modelo foi adotado na licitação de 12 embarcações do tipo PSV (Platform Supply Vessel), navios de abastecimento de plataformas. Trata-se de um barco especializado no apoio logístico a unidades *offshore* de petróleo e gás, projetado para transportar cargas sólidas e líquidas entre o continente e as plataformas. Possui um grande convés aberto e tanques internos, vitais para a continuidade das operações em alto-mar. O mesmo tipo de contrato viabilizou a construção local de dez embarcações do tipo OSRV (Oil Spill Response Vessel), projetadas para detectar, conter e remover derramamentos de petróleo em alto-mar. O investimento soma 9,5 bilhões de reais, com a criação de cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos.

O primeiro navio com certificado de conteúdo local de 40% exigido no início da operação começou a ser construído no Estaleiro Enseada, na Bahia. O mesmo tipo de contrato foi utilizado para a construção do primeiro PSV (barco de apoio) da Starnav no Estaleiro Detroit, em Santa Catarina. A iniciativa da Petrobras marca ainda uma vitória da indústria naval local sobre estaleiros estrangeiros, principalmente asiáticos, com forte *lobby* no País. A mudança contratual resultou em menor pre-



ço para a estatal, contrariando os defensores da importação de unidades produzidas na Ásia por terem preço mais baixo.

Outro avanço foi a contratação de cinco navios gaseiros, especializados no transporte marítimo de gases liquefeitos, e 18 barcas, investimento de 2,9 bilhões de reais e geração de perto de 9 mil empregos diretos e indiretos. O principal instrumento que permitiu a construção no Brasil foi o uso da depreciação acelerada, ferramenta de política pública utilizada na aquisição de bens de capital como máquinas e equipamentos. Quando uma empresa adquire um bem desse tipo, pode abater o valor do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em condições normais, o abatimento ocorre pouco a pouco e pode levar até 20 anos. Com a depreciação acelerada, no caso dos navios, o abatimento é feito em dois anos e constitui um forte estímulo à renovação de máquinas e equipamentos, que elevam a produtividade e a eficiência, inclusive energética, da operação.

A Petrobras derrotou um lobby pesado e exerceu o direito de preferência na compra dos 50% da Petronas em dois campos

O uso da depreciação acelerada na encomenda de navios ocorreu na Rodada Zero, conjunto de negociações que ratificou os direitos da Petrobras na forma de contratos de concessão sobre os campos em efetiva produção, quando foi publicada a lei que extinguiu o monopólio da estatal, em 1997. Esses casos não previam exigências de conteúdo local.

Foi necessário um intenso processo de negociações, articulado pela Casa Civil, para permitir colocar 20% de conteúdo local como exigência em projetos da Rodada Zero. Esses projetos consistem na construção de FPSO (Floating Production, Storage and Offloading), unidade flutuante utilizada na indústria de petróleo e gás para produzir, processar, armazenar e transferir petróleo e gás. São navios, convertidos ou construídos especificamente para esse fim, ancorados em alto-mar que recebem, processam e transferem para outras embarcações, chamadas aliviadores, o óleo extraído dos poços.

Uma lei aprovada, inclusive com votos do PT e do PL, prevê a redução de *royalties* para estabelecer conteúdo local e depreciação acelerada, que reduz a arrecadação no futuro, para viabilizar a contratação dos navios para construção no Brasil, com estímulo à indústria nacional. No processo de negociação, a Casa Civil fez a articulação entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. •

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Moradias 60+

► A Housi aposta em apartamentos compactos com segurança e bem-estar

A construtora Housi decidiu direcionar parte de sua estratégia à criação de moradias voltadas ao público 60+, em uma aposta no envelhecimento da população e na demanda por residências que combinem autonomia, cuidado e serviços. Em parceria com incorporadoras como a Vitacon, a empresa lançou o projeto Senior Living by Housi, uma linha de empreendimentos pensada para a longevidade, bem-estar e segurança. A primeira unidade será em Higienópolis e a expectativa é lançar outros 15 empreendimentos até 2027.

Os apartamentos são compactos, com espaços entre cerca de 30 e 60 metros quadrados, design inteligente, acessibilidade, tecnologia integrada e foco em serviços sob demanda. Os prédios incluem estrutura como sala de telemedicina, ambulatório, áreas para fisioterapia e atividades físicas de baixo impacto, além de monitoramento em tempo real, equipes de enfermagem para emergências e espaços de convivência. O objetivo é oferecer um ambiente em que o idoso possa morar sozinho ou em casal, com apoio profissional ao alcance, sem perder independência.

Eli Lilly em IA

A farmacêutica firmou um acordo com a InSilico Medicine para usar Inteligência Artificial na descoberta e desenvolvimento de novos medicamentos, em um contrato que pode chegar a cerca de 2,75 bi-

lhões de dólares. Pelo modelo, a InSilico, biotech fundada em 2024, recebe um pagamento inicial de 115 milhões de dólares e é elegível a marcos de desenvolvimento regulatórios e comerciais, além de *royalties* sobre vendas futuras. A Eli Lilly, por sua vez, obtém licença global exclusiva para determinados programas de terapias orais ainda em fase pré-clínica.

A InSilico usará o sistema Pharma.AI, conjunto de modelos de IA generativa que identifica alvos terapêuticos para projetar moléculas e otimizar os processos de desenvolvimento de produtos. A plataforma focará em nichos de mercados determinados pela Eli Lilly, que utilizará sua experiência em desenvolvimento clínico e registro regulatório para levar os produtos ao mercado. A expectativa da empresa é ganhar celeridade no desenvolvimento de remédios com o uso da IA.

A Buser vai às compras

A Buser, plataforma conhecida como o “Uber dos ônibus”, deu um passo inédito ao comprar a Transportes Santa Maria, tradicional empresa do ABC Paulista, e a Expresso JK, que atua na região Centro-Oeste do País. Assim, entra de vez no mercado de linhas rodoviárias tradicionais. Fundada em 2017, em São Paulo, a empresa nasceu como *startup* de fretamento coletivo, conectando passageiros a empresas parceiras via aplicativo, com a promessa de passagens mais baratas e serviço mais tecnológico. Ao longo dos últimos anos, cresceu com aportes de grandes fundos e ampliou a atuação para venda de bilhetes de viagens convencionais dentro do próprio *app*. A compra das viagens marca uma mudança de estratégia. Ela deixa de apenas

intermediar viagens ou revender passagens e passa a controlar empresas com autorização para operar linhas regulares, com partidas em rodoviárias. Busca assim reduzir a insegurança regulatória que sempre cercou o modelo de fretamento, ganhar escala no transporte interestadual e enfrentar diretamente as viagens tradicionais em seu próprio terreno. A movimentação também aponta para um novo ciclo de consolidação no setor, pressionado por disputas judiciais, mudança de perfil do viajante e avanço dos aplicativos no transporte rodoviário.

Mais remédio

A Farma Conde, rede de farmácias nascida em Ubatuba (SP), prepara uma nova ofensiva no varejo ao anunciar o plano de implantar cem lojas na capital paulista. O movimento exige investimentos, estimados em 100 milhões de reais pela rede, para implantação de pontos comerciais, logística e marketing. A expansão ocorre em um momento de forte consolidação do setor e mira principalmente o público de média e baixa renda, sensível a descontos agressivos e programas de fidelidade.

Ao desembarcar com cem unidades na capital, a Farma Conde entra diretamente no território das gigantes Raia Drogasil, Drogaria São Paulo, Pacheco, Pague Menos e demais grandes redes, que hoje lideram o faturamento e a capilaridade no estado. A disputa tende a acentuar a guerra de preços e de serviços, com ênfase em *delivery*, programas de desconto em medicamentos de uso contínuo e sortimento amplo de higiene e beleza, numa praça que é uma das mais competitivas do varejo farmacêutico brasileiro. •

redacao@cartacapital.com.br

Atrás do trio elétrico...

MODELOS Os países que mais se desenvolveram uniram por conta própria mercado eficiente e coordenação estatal

POR MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

“Quando tudo tem de ser feito pelo livro, quando o pensamento se torna rígido e a fé cega é a moda, é impossível um partido ou uma nação progredir. A vida cessará e essa nação ou esse partido perecerá.” (Deng Xiaoping)

Atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu, diz a música de Caetano Veloso. Nós morremos porque fomos atrás do tripé macroeconômico, superávit fiscal, câmbio flutuante e regime de meta de inflação. A fé cega no livro, na teoria e a troca entre estabilidade monetária e o desmonte da infraestrutura brasileira montada a duras penas entre 1930 e 1980. O Plano Real nunca teve como meta um projeto de desenvolvimento econômico e, muito menos, um plano estratégico para o Brasil. O mantra da eficiência econômica, somado à alocação eficiente dos recursos pela iniciativa privada, colocaria o Brasil rumo ao crescimento sustentável! A partir desse momento, é decretado o cancelamento da palavra planejamento e a repetição *ad nauseam* que investimento público é sinônimo de gasto. Cinquenta anos de experiências de planejamento desde Getúlio, Juscelino e o regime militar foram jogados no lixo da história.

Quem foi atrás do trio elétrico desmantelou a capacidade produtiva deste país.

Para quem já teve nosso maior economista, Celso Furtado, como ministro do Planejamento, contemplou uma mera Secretaria do Planejamento, com função específica de execução do orçamento federal, no governo Bolsonaro. Onde a palavra planejamento virou símbolo do bolchevismo rasteiro. Um palavrão. O país que produzia fertilizantes, tinha um setor petroquímico completo, até o governo Fernando Henrique, hoje importa diesel e fertilizantes. Uma privatização feita de forma binária, tudo o que é privado é bom e eficiente, tudo o que é estatal é ruim e ineficiente. Assim foi o fim da Ultrafértil produtora de fertilizantes e da Petroquisa, e as refinarias “vendidas” ao setor privado.

A privatização binária fulminou a Ultrafértil, produtora de fertilizantes, e a Petroquisa

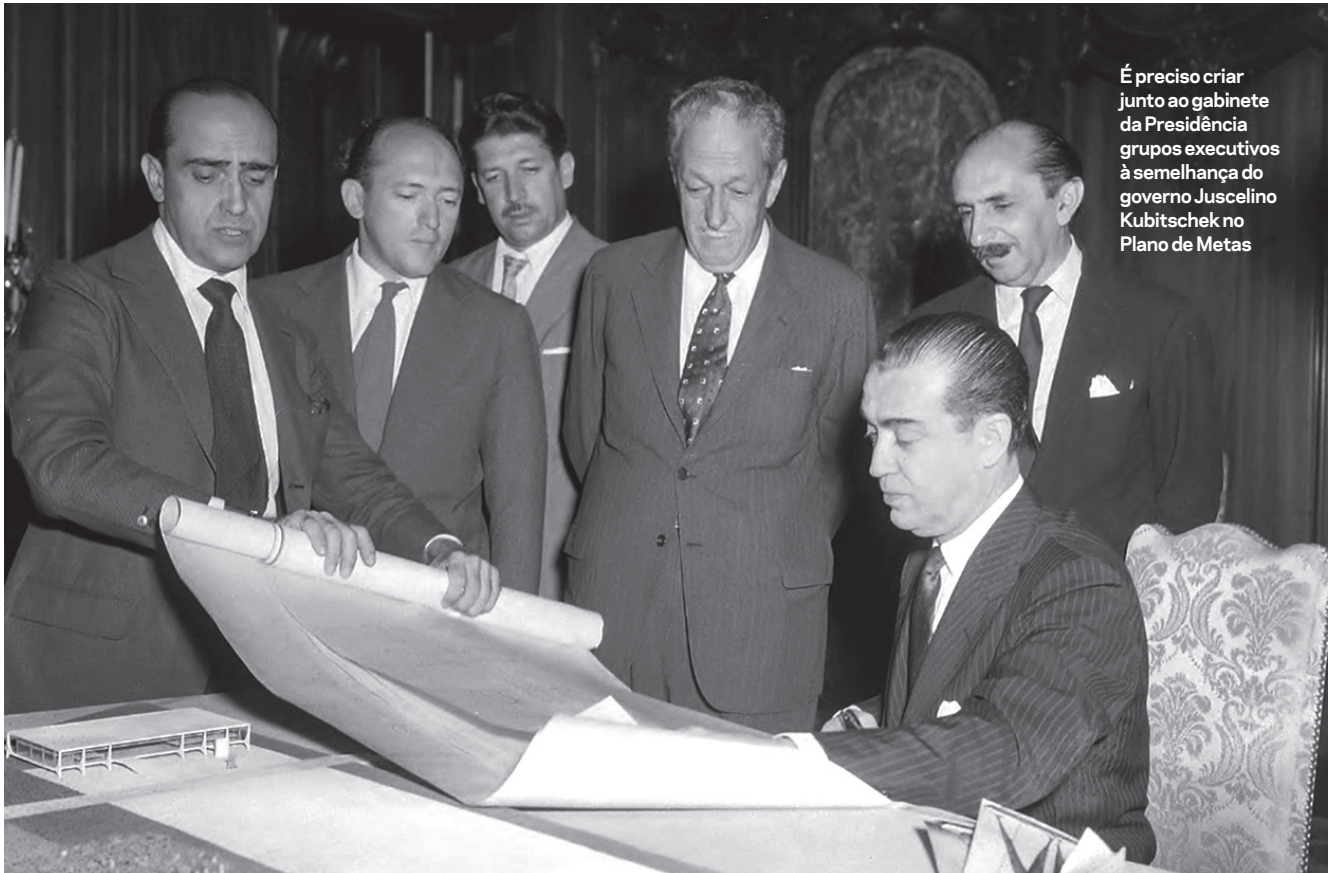
Qual era o plano estratégico e planejamento de nação de um dos maiores produtores de alimentos do mundo? Nenhum! A mão invisível resolve com maior eficiência. A mão invisível procura mercados rentáveis e lucrativos. Ficou mais barato importar, 50 anos de construção e articulação dos setores produtivos morreram atrás do tripé macroeconômico. A herança maldita que sobrevoa Brasília e a mídia nacional grita todo santo dia contra qualquer tentativa de planejamento estratégico e urra espirrando bôis de apenas mencionar o termo investimento público.

Nesse período, os países que mais cresceram e se desenvolveram, como China, Índia, Coreia do Sul e Vietnã, abriram mão da fé cega da mão invisível, fugiram do tripé, sem abrir mão da estabilidade de preços, do planejamento e, principalmente, da coordenação e indução do Estado. Não caíram no truque ideológico binário da conjugação das estrelas dos mercados eficientes. Ao contrário, mostraram um pragmatismo eficiente, sem abrir mão de mercado eficiente e coordenação estatal.

Pelos resultados, mostraram que é possível fazer os dois, não são excludentes. Escolheram ir atrás do trio elétrico e se deram bem. Escolheram combater as restrições de oferta, produzir. Tanto com investimento público e privado, sem preconceitos teóricos. Nesses países, conjugar o verbo planejar não é palavrão.

O Brasil, que já foi referência mundial de planejamento e execução, seguiu cegamente o tripé macroeconômico. Morreu, crescimento medíocre nos últimos 30 anos, custo alto e produtividade baixa, e foi dominado por um discurso repetido à exaustão de restrição de demanda. O país do investimento e preocupado em aumentar sua capacidade produtiva precisa voltar a ir atrás do trio elétrico. Antes tarde do que nunca.

“Cortar gastos públicos é um exercício



É preciso criar junto ao gabinete da Presidência grupos executivos à semelhança do governo Juscelino Kubitschek no Plano de Metas

que envolve riscos de desabamento. Nunca se sabe qual é o gasto que sustenta o edifício todo.” (Mário Henrique Simonsen)

No momento, o sucesso das medidas de coordenação e planejamento nacional depende crucialmente de uma reforma estrutural radical dos métodos e das instituições brasileiros. Primeiro, a criação, junto ao gabinete da Presidência da República, dos Grupos Executivos, à semelhança do governo Juscelino Kubitschek durante o Plano de Metas. Por exemplo, um Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde seria extremamente necessário. Nesta crise, é recomendável a criação de comitês com participação de trabalhadores, empresários e profissionais.

Pouca gente, muito qualificada, administrando um sistema de coordenação público-privado. Os programas de financiamento e de incentivos ao investimento devem, sim, contemplar cláu-

sulas de conteúdo nacional, com metas e contrapartidas rigorosamente cobradas dos beneficiários privados.

Portanto, não é o momento de meias-palavras ou de meias-medidas. É imprescindível estigmatizar o debate que impera nos escaninhos da mediocridade, aquele que suscita suspeitas sobre o gasto público.

A verdadeira responsabilidade fiscal é com os brasileiros e suas vidas. Somente a rápida expansão do gasto público, coordenada a outras ações centralizadas pelo planejamento nacional, pode evitar que a crise econômica se transforme em uma depressão, numa crise social mais grave, com potencial imprevisível para a ordem social e política no País.

O debate brasileiro sobre o desenvolvimento está encolhido nos calabouços das políticas econômicas neoliberais. Sofrem prejuízo as investigações que to-

mam como guia a “dinâmica das estruturas”, ou seja, as transformações financeiras, tecnológicas, patrimoniais e espaciais determinadas pela interação entre os movimentos da economia internacional e as estratégias nacionais.

Em seu livro *Três Industriais Brasileiros*, o grande Heitor Ferreira Lima reproduz o artigo de um comentarista da imprensa paulistana. Dizia o sábio: “Não temos condições para o desenvolvimento industrial porque somos um país de analfabetos, com imigração de analfabetos e ainda em anarquia política, econômica e financeira... o problema do Brasil consiste em aproveitar suas terras, as mais vastas, inexploradas do globo”.

Não foram outros os argumentos de Eugênio Gudín, também engenheiro-economista, como Roberto Simonsen, na célebre *Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*, de 1944. •



Biruta de aeroporto

IRÃ Perdido na guerra, Trump passa a alternar oferta de diálogo com ameaças de um verdadeiro massacre

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Caso o Irã não aceite os 15 pontos propostos pelos Estados Unidos para encerrar a guerra iniciada em 28 de fevereiro, Donald Trump tornará a vida impossível no país persa. Estações de tratamento de água, poços de petróleo e usinas de energia elétrica serão bombardeadas, enquanto um contingente de milhares de paraquedistas e de fuzileiros navais tentarão a sorte em um arriscado desembarque aéreo-naval. Uma ação dessa envergadura, num curto espaço de tempo, dirigida contra um país onde vivem 93 milhões de habitantes, constituiria um dos maiores crimes de guerra dos últimos 80 anos, por ter como alvo proclamado as estruturas civis. Com essa ameaça, Trump espera fazer com que o Irã finalmente se dobre.

A intimidação, publicada pelo presidente dos Estados Unidos em suas redes sociais na segunda-feira 30, é uma rara confissão de intenção criminosa. Ataques deliberados contra instalações indispensáveis à vida da população são crimes de guerra, assim como aqueles a locais que contêm substâncias perigosas, como usinas atômicas e refinarias, que, em caso de incêndio,

provocam danos extensivos e duradouros ao meio ambiente, tornando, em alguns casos, a vida simplesmente impossível.

Não é que os crimes de guerra em si sejam uma novidade no cardápio de ações dos Estados Unidos neste conflito ou mesmo ao longo de sua história, como mostram Hiroshima e Nagasaki, mas a forma explícita como essas intenções criminosas têm sido proclamadas não tem precedentes. “Isso será uma retaliação por nossos muitos soldados”, disse Trump *no post*, referindo-se aos ataques iranianos contra bases norte-americanas ao longo do último mês. Esses ataques aos quais ele se refere não representam crimes de guerra, pois “soldados”, como ele mesmo reconhece, são alvos legítimos em conflitos armados.

A ameaça extrema contrasta com outros trechos da mesma mensagem, nos quais o presidente norte-americano dá

a entender que as conversações com integrantes do governo do Irã levaram a “grandes progressos”. Ninguém em Teerã diz saber que conversas são essas. Trump não dá nome dos supostos interlocutores do que ele chama de um “novo regime”, que estaria disposto a negociar a reabertura do Estreito de Hormuz e outros pontos empacados na negociação que seria intermediada pelo Paquistão.

O ziguezague de Trump, entre ameaças de dilaceração do Irã e elogios a um “novo regime” mostram o ponto exato em que os Estados Unidos se encontram depois de um mês de guerra: sozinhos, sem seus aliados europeus, premidos por uma ameaça de crise econômica provocada pela alta no preço do petróleo e a menos de um ano de uma eleição parlamentar importantíssima para o segundo mandato de Trump, cujo índice de reprovação chegou a 59% em pesquisa divulgada pela Fox News em 25 de março. No sábado 28, manifestantes tomaram as ruas das principais cidades dos EUA em mais um “No King’s Day”, protesto contra o avanço autoritário do republicano. Os organizadores falam em 9 milhões de participantes.

Nem mesmo as relações com Israel resistiram ao primeiro mês de guerra. Primeiro, foram estrelas do movimento MAGA que se revoltaram com a informação de que os Estados Unidos tinham sido arrastados por Israel para o conflito com o Irã. A informação, dada pelo secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, deu início a uma campanha de críticas a Trump de parte daqueles apoiadores mais radicais. O “America First” – um dos lemas da campanha republicana, que significa algo como “Estados Unidos em primeiro lugar” – pareceu ser substituído por um “America Second”, no qual os interesses nacionais e patrióticos norte-americanos ficaram a reboque das políticas de Benjamin Netanyahu.

A base do MAGA anda irritada com a influência israelense



Reveses. Mais de 9 milhões de manifestantes, segundo os organizadores, tomaram as ruas dos EUA. E o fechamento da Igreja do Santo Sepulcro irritou os cristãos



Como se não bastasse a contrariedade provocada pela declaração de Rubio, o governo israelense ainda tomou, mais tarde, uma atitude radical contra os interesses cristãos em Jerusalém, o que voltou a irritar uma base trumpista não apenas ultranacionalista, mas muito cristã. No domingo 29, Pierbattista Pizzaballa, o responsável da Igreja Católica no Santo Sepulcro, em Jerusalém, foi proibido pela polícia israelense de realizar os serviços

típicos de Domingo de Ramos, uma das datas mais sagradas do cristianismo, num de seus locais mais sagrados, onde se acredita que Cristo tenha sido enterrado, antes de ressuscitar, de acordo com a Bíblia.

A proibição deveu-se, segundo o governo israelense, a preocupações de segurança. Netanyahu disse que o local havia sido atingido por destroços de um foguete ou míssil iraniano dias antes, e que seu governo temia um ataque direto, na data impor-

tante que é o fim de semana que antecede a Páscoa. A explicação demorou a ir a público, fazendo com que cristãos no mundo todo se revoltassem contra a restrição imposta por Israel a um local de culto que não pode ser perturbado e onde o ingresso de autoridades religiosas não pode ser proibido.

Mais uma vez, figuras importantes do trumpismo se levantaram contra o que lhes parece ser uma interferência excessiva e cada vez mais agressiva de Israel em assuntos norte-americanos e cristãos. O embaixador dos Estados Unidos em Jerusalém, Mike Huckabee, chegou a publicar mensagem em redes sociais dizendo que o episódio constituiu um “exagero lamentável, com repercussões em todo o mundo”, e que é “difícil de entender ou explicar” o comportamento do governo local nessa história.

Israel e Estados Unidos têm interesses convergentes e independentes nesse conflito. Netanyahu e Trump esticam a amizade até o limite, com os norte-americanos dando sinais de que pretendem abandonar a aventura militar no Oriente Médio antes de seus parceiros. Na prática, o Estreito de Hormuz está completamente aberto para todos, menos para países que o Irã considera inimigos. O efeito disso é como se os Estados Unidos estivessem sofrendo na pele o embargo que impuseram durante anos contra o Irã.

A liberação da passagem de navios é feita a conta-gotas. Na segunda-feira, 20 navios-tanques do Paquistão foram liberados. Trump apressou-se em classificar o evento como um “presente” para a Casa Branca, mesmo não havendo indícios de que Teerã queira amolecer sua posição. “Estamos sob agressão militar. Portanto, todos os nossos esforços e forças estão concentrados em nos defender”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, Esmail Baghaei, resumindo a posição do país até o momento. ●

O passado ronda

ARGENTINA As manifestações em 24 de março servem de resposta à relativização da ditadura pelo governo de Javier Milei

POR MARTÍN GRANOVSKY*

A manifestação de 24 de março pelo 50º aniversário do golpe de Estado de 1976, na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, produziu uma imagem marcante. Foi enorme, diversificada e politicamente significativa. Isso se deveu não apenas à praça lotada de colunas organizadas e a multidão espalhada pelas avenidas adjacentes, mas à força da mensagem. A comparação entre o modelo econômico da ditadura e aquele do atual presidente, Javier Milei, ficou mais clara que nunca.

Não foi uma comemoração rotineira. Foi, sobretudo, uma reavaliação do passado no tom do presente. Explica-se: números redondos sempre encerram um simbolismo especial, e meio século representa uma ótima oportunidade para análise e recordação. A manifestação ocorreu dois anos após o início do mandato de Milei, presidente que negou com maior veemência o terrorismo de Estado desde o retorno da democracia, em 10 de dezembro de 1983. Nesse quadro, um tema central emergiu com força em discursos, documentos e conversas informais, a comparação entre o programa econômico da ditadura, elaborado pelo ministro José Alfredo Martínez de Hoz durante o período do general Jorge Rafael Videla, e as políticas econômicas de Milei sob a gestão de Luis Caputo no Ministério da Economia.

Segundo o ex-deputado de oposição e líder cooperativista Carlos Heller, “esse programa econômico não é novo. É uma reedição da lógica de Martínez de Hoz: liberalização, queda dos salários e um modelo concebido para a especulação financeira, não para a produção”. Heller fala sobre os “quatro Ms” do neoliberalismo: o M de Martínez de Hoz, o M de Menem, o M de Macri e o M de Milei. “Claro, não estou dizendo que a ditadura seja igual à democracia, mas que Milei está reproduzindo o programa da ditadura, usando até as mesmas frases sobre livre mercado e livre importação, mesmo que isso destrua a indústria.”

De sua posição no comando da província de Buenos Aires, onde vivem 17 milhões dos 47 milhões de habitantes da Argentina, o governador peronista Axel Kicillof faz um alerta histórico: o país “já viveu esses experimentos: desindustrialização, endividamento e destruição do mercado interno. Os resultados foram mais desigualdade e mais crises”.

A manifestação de 24 de março atraiu

centenas de milhares de argentinos na capital e em outras grandes cidades, como Córdoba e Rosário. Uma parte da multidão estava organizada em colunas, representando as diversas facções do peronismo, a esquerda trotskista e o setor da União Cívica Radical, que apoia o Julgamento das Juntas militares, iniciado em 1983 pelo presidente Raúl Alfonsín. Como de costume, milhares de manifestantes foram à Plaza de Mayo por conta própria, muitos com suas famílias. Em cartazes, objetos feitos em casa e camisetas, uma imagem se repetia, a dos lenços usados pelas Mães da Praça de Maio desde sua primeira marcha, em 1977. “O que realmente me indigna é que eles querem negar o que sabemos ser real”, diz Taty Almeida, 95 anos, mãe de um desaparecido. Ela levou a questão para um nível mais político com uma frase que foi repetida em vários veículos de comunicação: “Que Milei e sua turma saibam que eles não nos derrotaram”.

Por meio de uma campanha maciça e anônima nas redes sociais e um vídeo oficial, o governo argentino começou a minimizar a importância do golpe de 24 de março de 1976. O texto incluiu argumentos de que os acusados de crimes contra a humanidade e seus advogados repetem desde o Julgamento das Juntas: que a Argentina estava numa situação de caos em 1975, que houve confrontos armados no peronismo antes do golpe e que foi a então presidente María Estela Martínez de Perón quem ordenou a participação das Forças Armadas na repressão interna.

O general Reynaldo Bignone, último presidente da ditadura, reconheceu publicamente perante os tribunais, no entanto, que “em 1976 o movimento guerrilheiro foi derrotado militarmente”. Essa declaração é significativa, pois partiu de alguém que fazia parte da cúpula do regime. Na mesma linha, o jornalista Ceferino Reato, que costuma ser crítico do kirchne-

Há 50 anos tinha início o mais sangrento regime militar do Cone Sul

rismo e das organizações de direitos humanos, escreveu que, “em março de 1976, as organizações guerrilheiras já haviam sido desarticuladas e não representavam uma ameaça estratégica para o regime”.

A última grande ação guerrilheira ocorreu em dezembro de 1975, quando o Exército Revolucionário Popular, guevarista, tentou tomar um regimento na zona sul da Grande Buenos Aires. A tentativa fracassou. O outro grupo guerrilheiro, os Montoneros, estava enfraquecido. Nenhuma força armada insurgente ainda possuía poder de fogo.

O golpe não respondeu a uma ameaça militar real, mas a um projeto de reorganização econômica e social da Argentina. Milei busca o mesmo objetivo, que inclui o fim do poder de negociação dos sindicatos e a completa abertura da economia. Isso explica por que, além de homenagear os 30 mil desaparecidos e condenar os autores do genocídio, em 24 de março, o presidente deu maior importância aos objetivos econômicos e sociais da ditadura.

O programa de Martínez de Hoz, implementado a partir de 1976, teve estas características centrais:

- Liberalização comercial repentina;
- Reforma financeira de 1977 e desregulamentação das taxas de juro;
- Aceleração da dívida externa;
- Desvalorização cambial como âncora;
- Queda nos salários reais e disciplina social.

Esse modelo deslocou o foco da produção para a especulação financeira. Diversas vozes que hoje traçam paralelos com o modelo anterior se baseiam nessa interpretação.

O atual programa econômico implementado por Milei pode ser visto como uma continuação do anterior, devido a estes fatores:

- Ajuste fiscal drástico;
- Desregulamentação;



Memória. Enquanto a Casa Rosada minimiza, os argentinos lembram dos horrores sociais e econômicos produzidos pelo general Videla e a Junta Militar



- Abertura econômica;
- Política monetária contracionista;
- Redução do Estado.

O programa econômico da ditadura exigia condições específicas para sua implementação, que também faziam parte de seus objetivos: disciplina social, desarticulação dos sindicatos e neutralização do conflito. A repressão era parte integrante desse sistema.

A praça lotada em Buenos Aires não apenas homenageou os desaparecidos, mas reativou um debate histórico. Que tipo de país se constrói quando a especulação financeira é posta acima da produção e da renda dos trabalhadores, aposentados e pequenos e médios empresários? •

**Jornalista, colunista do programa de tevê QR, codiretor do www.yahoraque.com.ar. Foi subdiretor do jornal Página/12, funcionário do Ministério das Relações Exteriores e presidente da Agência Nacional de Noticias Télam.*

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

De falcão a pombo

EUA Antes crítico do corte de juros, Kevin Warsh, indicado para o Fed, muda o tom

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Em maio, se confirmado pelo Senado, Kevin Warsh vai assumir a presidência do Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, e comandar a primeira reunião do Comitê de Política Monetária em junho. O momento não poderia ser mais delicado. Os EUA enfrentam o maior “muro de vencimentos” da história. Perto de um terço da dívida pública norte-americana, aproximadamente 10 trilhões de dólares, vencerá em 2026, e quase metade precisará ser rolada até 2027. Tudo isso enquanto os custos anuais com juros tendem a ultrapassar 1 trilhão de dólares neste ano, segundo projeções do Congressional Budget Office, com tendência a dobrar até 2036.

Warsh, ex-executivo de Wall Street próximo ao presidente Donald Trump, carrega uma trajetória contraditória. Durante o governo do democrata Joe Biden, ficou conhecido por ser um “falcão”, sempre pronto a desfiar críticas ferozes aos cortes de juros, mas, desde a posse do amigo Trump, tornou-se um “pombo”. Nenhum risco inflacionário, no curto, médio ou longo prazo abala sua defesa de cortes agressivos das taxas, em linha com o republicano, à revelia dos indicadores e sob o argumento de que o *boom* no setor de Inteligência Artificial vai produzir queda generalizada nos preços. Apesar da mudança de perspectiva, o indicado mantém no mercado

a reputação de ortodoxo, defensor de um Fed avesso a intervenções, afinado à ladainha do pensamento ultraliberal.

A possível nomeação trouxe novamente à tona, porém, o debate sobre a politização do Banco Central em meio a uma economia fragilizada, uma dívida recorde e uma guerra no Oriente Médio com efeitos no crescimento e na alta de preços globais. Nas últimas décadas, o BC norte-americano esteve mais preocupado em

Relações. A dúvida é se o futuro presidente do Banco Central dos EUA terá coragem de contrariar o amigo Trump, que pressiona por corte nas taxas



agradar a Wall Street do que agira em favor da economia real, e essa expansão de poder abriu espaço para mais interferência política. Reiteradas vezes, Warsh criticou o fato de o poder do Fed ter se tornado “grande demais”. Em um artigo no *Wall Street Journal*, em novembro do ano passado, classificou o balanço do Fed de “inflado” e argumentou que as compras em massa de títulos e hipotecas “distorceram os mercados financeiros e permitiram déficits governamentais sem freios”.



Segundo Ryan Chahrour, professor de Economia e Estudos Internacionais na Cornell University e estudioso da política monetária, se de fato Warsh presidir o Fed por indicação de Trump, será muito difícil “agradar ao presidente tanto quanto manter seus princípios, e não sabemos como essa tensão será resolvida”. Chahrour prossegue: “Acredito que Warsh argumentaria que os erros cometidos pelo Fed nos últimos 15 anos abriram espaço para interferências e controvér-

sias políticas, e que o retorno a um papel mais restrito na economia, na verdade, fortaleceria sua independência ao longo do tempo. Ele, provavelmente, espera que, ao implementar reformas, o Fed consiga evitar pressões políticas no futuro. No entanto, toda essa discussão de alto nível sobre o papel mais amplo do Banco Central não é, em última instância, o que interessa ao presidente. Trump quer juros mais baixos. E será muito difícil para Warsh defender uma queda acentuada das taxas de

**Um terço da
dívida dos EUA
vence neste ano**

Nosso Mundo

juro de uma forma que esteja em sintonia com suas convicções filosóficas sobre o papel adequado do Federal Reserve”.

Gerald Epstein, professor emérito de Economia e cofundador do Instituto de Pesquisa em Economia Política da Universidade de Massachusetts Amherst, acredita que essa contradição se intensifica em um terreno já minado. “Legalmente, o Fed é uma criação do Congresso. A Constituição dá ao Congresso o poder de cunhar moeda e, em 1913, esse poder foi delegado ao Federal Reserve, mas a responsabilidade última continua a ser do Congresso, que pode retomá-la a qualquer momento. Ou seja, o Fed não é independente do governo, ele presta contas ao governo. Historicamente, o Banco Central tem sido fortemente influenciado por Wall Street, que tem sido o principal grupo a determinar a política monetária. De tempos em tempos, figuras muito agressivas, como Trump ou antes dele, o ex-presidente Richard Nixon, tentam impor mais controle político sobre a política monetária, mesmo contra a vontade de Wall Street. Portanto, essa noção de ‘independência’ serve, na prática, para proteger o Banco Central do controle político direto, permitindo que outros capitalistas o controlem, não os trabalhadores.”

Assim Warsh entra em cena como um típico produto do sistema nascido em Wall Street e que mantém portas giratórias entre os setores público e privado. “Mas o curinga é Trump”, alerta Epstein. “Ele quer controlar o Fed e pressionar por juros mais baixos. Quando houve o embate entre Trump e Jerome Powell, quem defendeu Powell foi justamente Wall Street, insistindo que o Fed deveria ser ‘independente’, ou seja, controlado por eles, não por políticos.”

O risco imediato da disputa é o tamanho da dívida. Com 10 trilhões de dólares com vencimento em 2026, qualquer movimento brusco do Banco Central pode ter efeitos colaterais graves.

Se Warsh adotar uma política de “mão de ferro”, elevando juros ou encolhendo o balanço do Fed rapidamente, isso pode desencadear uma crise de refinanciamento do Tesouro. E a guerra no Oriente Médio adiciona outra camada de incerteza. “Tudo o que li das declarações anteriores de Warsh sugere que ele tenderia a priorizar a estabilidade de preços nesse cenário, ainda mais considerando os recentes erros de avaliação da inflação, mas isso provavelmente não é o que o presidente Trump gostaria de ver”, avalia Chahrour. “Acho que o resultado mais provável seria Warsh apoiar um corte menor ou até um pequeno aumento nas taxas de juro, atribuindo a decisão às negociações internas do comitê. No fim, a realidade limita o quanto ele pode afastar-se do manual-padrão.”

Há 20 anos, segundo Epstein, a solução para democratizar o Federal Reserve seria simples, dar mais assentos nos conselhos nos 12 comitês regionais do Banco Central a organizações de trabalhadores, agricultores e comunidades, “mas, hoje, romper essa estrutura é bem mais difícil. Estamos falando de uma instituição que tenta ser democrática em um sistema político profundamente antidemocrático, cada vez mais controlado por capitalistas, bilionários e forças afins, e que caminha na direção do fascismo ou algo muito próximo disso”.

Com a escalada de tensões entre os Estados Unidos, Israel e Irã, choques de oferta podem empurrar os preços do petróleo e de outras *commodities* para os píncaros. O Fed repetirá o erro clássico dos anos 1970 e 1980, de subir juros agressivamen-

Quem será o chefe de Kevin Warsh: Wall Street ou a Casa Branca?





Incertezas. O temor de uma bolha de IA não se dissipou, enquanto os ataques ao Irã elevam os preços dos combustíveis

te para conter a inflação, mesmo à custa de uma recessão global? Para Epstein, “a classe trabalhadora dos EUA está muito enfraquecida para exigir reajustes salariais que alimentem uma espiral de preços-salários”. Além disso, assim como Chahrour, acredita que o fator Trump não permitirá excessos. “Ele provavelmente exigirá que o Fed não suba muito os juros, por causa do petróleo, e o Banco Central terá de levar isso em conta.”

É preciso, no entanto, atentar para um perigo menos discutido, a bolha de Inteligência Artificial. “O problema central não é tanto a dívida pública e os déficits do governo, mas a enorme estrutura de dívida privada, em escala global. Pense, por exemplo, no investimento maciço em IA, bilhões e bilhões de dólares em *data centers* financiados com dinheiro emprestado, muitas vezes por meio de arranjos financeiros complexos, semelhantes aos observados antes da crise de 2008”, diz Epstein. “Um aumento grande e inesperado de juros pode tornar essas posições inviáveis e provocar queda significativa nos preços de ativos, incluindo ações.” Por outro lado, se o Banco Central reduzir juros rápido demais, sob pressão de Trump, a demanda por títulos do Tesouro pode enfraquecer, desestabilizando o dólar e os mercados globais. “Os EUA estão numa posição extremamente frágil”, resume.

A tensão entre os princípios ortodoxos do futuro presidente do Federal Reserve, as demandas políticas de Donald Trump e o frágil equilíbrio da dívida norte-americana vão definir os rumos não apenas da economia dos Estados Unidos, mas do sistema financeiro global. Cada passo de Warsh tende, no fim, a mexer com o meu, o seu, o nosso bolso. •

A partilha das artes

ENTREVISTA “Foi se perdendo a noção de que a política pública é feita para o cidadão”, diz Maria Marighella nos 50 anos da Funarte

A ANA PAULA SOUSA

A Fundação Nacional das Artes, Funarte, é uma das mais longevas instituições culturais do País. Criada em dezembro de 1975 e regulamentada, por decreto, em março de 1976, a Funarte chega aos 50 anos com uma novidade no horizonte.

Foi publicado, na terça-feira 31, no *Diário Oficial da União*, o Decreto nº 12.916, que regulamenta a Política Nacional das Artes. O ato, segundo Maria Marighella, presidenta da instituição, propicia a criação de novas fontes de financiamento para as artes no Brasil – em um modelo semelhante ao que existe no audiovisual.

O decreto coincide, simbolicamente, com o encerramento das celebrações em torno dos 50 anos da Funarte, iniciadas no fim de 2025. As últimas ações em torno da efeméride foram a abertura de duas exposições e a realização de um show no Rio de Janeiro.

No sábado 28, ao fim de uma visita ao Circo Picolino, em Salvador, Maria Marighella conversou com *CartaCapital* sobre o estado das artes no Brasil e a necessidade de a política pública deixar de girar em torno dos artistas e voltar-se, de forma mais efetiva, aos cidadãos.

CartaCapital: Já que você está aí, com o circo ao fundo, começo lhe perguntando: o circo tem um lugar impor-

tante na Funarte, né? Inclusive, a Escola Nacional de Circo.

Maria Marighella: Tem, no sentido de que sempre nos perguntamos quais são as instituições e experiências continuadas que estruturam o setor artístico. Buscamos sair do modelo dos projetos temporários para fomentar ações continuadas, como grupos, coletivos e eventos que seguem um calendário, como bienais e festivais. Temos de romper com a impressão de que os editais voltados ao agente artístico vão universalizar o acesso. A gente precisa garantir a produção, mas também o serviço. Muitas vezes, a política pública esbarra no agente cultural. Mas ela não pode parar nos projetos financiados. Foi se perdendo a noção de que a política pública é feita para o cidadão. Para que isso aconteça, é necessário que equipamentos, grupos, festivais, bienais e escolas li-

vres estejam funcionando. O serviço é poder ver teatro, música, dança. É poder fazer uma aula. Hoje, medimos nossa ação pelo serviço prestado, não pelo número de projetos financiados.

CC: A sociedade sabe o que é a Funarte? Embora ela seja mais antiga que o Ministério da Cultura (MinC), a Lei Rouanet e a Ancine, me parece que está menos, digamos, na boca do povo.

MM: As pessoas conhecem as políticas, que é o que move a vida delas. Todo mundo sabe o que é o Bolsa Família, mas não necessariamente sabe em que ministério está. E, nesse sentido, temos muito o que contar sobre essa cinquentona, que tem programas emblemáticos, como Pixinguinha, Mambembão (projetos de circulação musical e teatral, idealizados na década de 1970), Carequinha (voltado ao circo) e o Miriam Muniz (voltado ao teatro). É natural as pessoas conhecerem mais as ações do que a instituição. Mas também há outros dois fenômenos que explicam isso: a história de interrupções na cultura e uma eterna disputa de centralidade dessa política. O pesquisador Albino Rubim fala das três tristes tradições da gestão cultural: censura, descontinuidade e interrupções. Mas gosto de ler tudo isso pelo lado vivo da coisa também. O Ministério da Cultura é de 1985, ou seja, está associado à redemocratização e foi um símbolo da força de artistas, agentes culturais, intelec-

“Se a gente não tem uma política que oriente as relações entre as artes e articule o acesso ao que se produz, qualquer orçamento será insuficiente”

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 52



Música. Morrissey vai do "cancelamento" ao topo das paradas com novo álbum



MARCELLA SARACENI

Tarefa. Maria Marighella, presidenta da instituição desde janeiro de 2023, busca agora novas fontes de financiamento para o setor



tuais e pensadores do Brasil, muitos dos quais reagiram à ditadura. Esse é o DNA do MinC. Mas, voltando à sua pergunta: Marighella dizia que um defeito de origem da democracia brasileira é ela ser feita por instituições que têm conteúdo de elite. Então, no fundo, não importa se a Funarte é conhecida ou não. O importante é ela se fazer conhecer por meio de uma política de proximidade. Por isso, nosso marco de aniversário não é um ato de promoção, mas de partilha e de anúncio de que tudo que é nacional é do povo brasileiro.

CC: A Funarte, quando foi criada, tinha a mesma função e o mesmo propósito que tem hoje? O que mudou depois da criação do MinC?

MM: A Funarte tem diversas etapas. Ela mesma nasce de uma fusão. Isso, na época, não foi motivo só de celebração. Mas, com o tempo, a Funarte se consolidou como uma instituição desejada pelo setor artístico brasileiro. Antes de termos um

sistema editorial forte, os livros e publicações da Funarte eram referência das artes do Brasil. A Funarte também foi pródiga em formular projetos, fazer salões de arte e desenvolver uma cena teatral. A instituição, além disso, sempre cuidou da gestão de espaços culturais. O Complexo Cultural Funarte SP, por exemplo, foi o palco da aparição de Itamar Assumpção, que modificou a cena independente da música de São Paulo, e da gravação do primeiro disco de Chico César, *Aos Vivos*. Muitas dessas ações são anteriores à passagem de Gilberto Gil pelo MinC, que foi um marco no reconhecimento da dimensão antropológica da cultura. Nesse percurso, a Funarte, mais do que perder alguma coisa, foi reconhecendo que precisa ser uma promotora, formuladora e articuladora. Mas esse trabalho é radicalmente interrompido com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Depois, com Bolsonaro, temos a extinção do MinC; a per-



Ações. A *Ocupação Grande Othelo* (à esq.) inaugura o Centro de Documentação da Funarte. Acima, a Escola Nacional de Circo, mantida pela instituição, no Rio

seguição a artistas e à prática artística; e uma diminuição do papel, do orçamento e da capacidade formuladora e executora de políticas. Ao mesmo tempo, há um corpo de servidores e uma história que, de algum modo, vão movendo a instituição.

CC: Quantos servidores tem a Funarte?

MM: A equipe totaliza 410 pessoas, sendo 160 servidores ativos e 250 colaboradores. É um tamanho próximo ao do Ministério. E nós tivemos, depois de mais de dez anos, um concurso público e estamos recebendo 28 novos servidores.

CC: Qual é hoje o orçamento da Funarte?

MM: Excluídos salários e outras despesas obrigatórias, o orçamento saiu dos 50 milhões de reais do último ano do governo Bolsonaro para 150 milhões de reais em 2023. Nos anos seguintes, a média foi de 100 milhões anuais.

CC: É um orçamento pequeno, não é? Digo isso pensando que, em 2025, a renúncia fiscal, via Lei Rouanet, mobilizou 3,4 milhões de reais e o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) cerca de 1 bilhão. Quanto vai para o fomento às artes e quanto disso vai para o acesso?

MM: Eu queria voltar um pouquinho, porque acho difícil você ler orçamento sem ler o sistema. É óbvio que todo mundo precisa de mais orçamento, mas, se a gente não tem uma política pública que oriente as relações entre as artes e articule, com responsabilidade, a partilha do que se produz,

qualquer orçamento será insuficiente. O decreto que o presidente Lula vai publicar no próximo dia 31 vai ser muito importante nesse sentido.

CC: O que é esse decreto?

MM: Em janeiro de 2023, o Ministério da Cultura volta por força de uma Medida Provisória que depois se transforma em lei. Essa lei estabelece, dentre as atribuições do MinC, a Política Nacional de Cultura e, pela primeira vez, a Política Nacional das Artes. Esse decreto regulamenta essa Política Nacional das Artes e vai ensinar um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e fontes possíveis de financiamento para sua implementação. Dentre essas fontes há a novidade de se reconhecerem novas contribuições para financiar as artes, tal como é a Condecine para o audiovisual – um tributo pago por empresas de telefonia celular e distribuidoras estrangeiras de filmes. Queremos identificar as atividades econômicas que, hoje, se beneficiam do conteúdo artístico brasileiro. O que representa, por exemplo, a dança para o TikTok? O que representa, para empresas estrangeiras, a receita da música e dos festivais? Acho que a gente precisa sequenciar as atividades que lucram com

“Queremos identificar atividades econômicas que se beneficiam do conteúdo artístico e fazer com que contribuam para um fundo das artes”

a produção artística brasileira e fazer com que essas atividades devolvam, a um fundo das artes, uma pequena contribuição.

CC: Isso aparece no decreto?

MM: Aparece como uma semente. Um decreto não é uma lei. O que ele faz é dar corpo a um debate em torno da promoção das artes e das fontes de financiamento. Por meio da Política Nacional Aldir Blanc, o governo federal transfere mais de 3 bilhões de reais para estados e municípios, que precisam estar alinhados com políticas nacionais estruturantes e prestar contas disso. O decreto define as fontes de financiamento que podem garantir a execução da Política Na-

cional das Artes. Essa política pode redesenhar as artes assim como a Condecine fez com o audiovisual.

CC: Qual é a relação da Funarte com a Lei Rouanet?

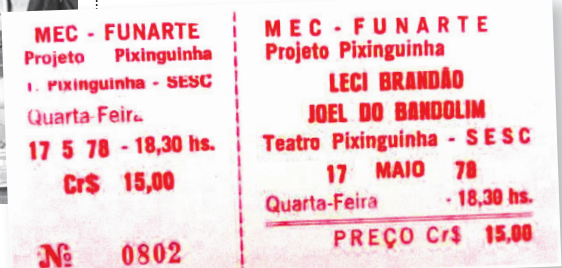
MM: Cerca de 70% do que tramita na Rouanet é do campo artístico e passa, portanto, pela Funarte. Temos uma diretoria que cuida de todo o fomento: os investimentos diretos da Funarte, os recursos que passam pela renúncia fiscal e as transferências ligadas a convênios e emendas parlamentares.

CC: Antes de encerrar, eu queria sair das especificidades da Funarte para saber das suas expectativas em relação à cultura nas eleições.

MM: Temos um tema, que é a regulação das plataformas, que passará pelas eleições. Os direitos autorais (e de propriedade) e a Inteligência Artificial são uma questão de soberania. Hoje, a regulação das plataformas ainda é mais discutida na dimensão do audiovisual, mas entendendo que a gente está falando de um novo modo de estar no mundo. O conteúdo cultural tem a ver com a nossa história, as nossas narrativas e a nossa subjetividade. Depois, acho que a cultura entra, necessariamente, no debate sobre uma agenda econômica sustentável. As artes são uma economia extremamente limpa, viva, distributiva e uma indústria pródiga na geração de riqueza. Por fim, os grandes temas das eleições, que são liberdade, autonomia e democracia, são assuntos caros à cultura. As tradições culturais brasileiras, historicamente, subvertem o sistema de valores, produzindo outro sistema, de outra moeda, e reequilibrando o poder. •



História. Show de Cartola e João Nogueira, no Teatro Dulcina, dentro do Projeto Pixinguinha, em 1977. À dir., o ingresso para outro show do projeto



O ostracismo lhe cai bem

MÚSICA Após ter sido “cancelado”, acusado de racismo e xenofobia, Morrissey surge poético e melancólico em um novo disco

POR EDUARDO MAGOSSÍ

Horas depois de o cantor e compositor inglês Morrissey ter conquistado a terceira posição nas paradas britânicas com seu novo álbum, *Make-up Is a Lie*, lançado no início deste mês, o artista nomeou, durante passagem de sua turnê por Valência, na Espanha, os executivos que, segundo ele, trabalharam para “sua retirada de circulação”.

O novo álbum saiu seis anos após as portas de gravadoras, imprensa e rádios ficarem fechadas para sua música. O ostracismo seguiu-se a várias celemas envolvendo o cantor, com acusações de racismo contra imigrantes e de proximidade com partidos e ideias de extrema-direita.

“Agradeço, emocionado, a todos que trabalharam para tornar o dia de hoje possível. Foi uma longa e árdua batalha, lutando constantemente contra aqueles que se esforçaram tanto para me tirar de circulação (...) sendo que nenhum deles tem qualificação moral para julgar outra pessoa”, afirmou.

Na sequência, ele alfinetou a indústria fonográfica e os artistas que estão em primeiro ou segundo lugar nas paradas de sucesso. Os cantores que atingiram essas posições são, a seu ver, “fabricados”, e não criadores entendidos,

por alguns, como de difícil leitura – o seu caso. “E é confuso porque é o som de emoções reais, canções verdadeiras, pessoas reais”, concluiu.

Falas como essa contribuíram para que as gravadoras o abandonassem. Em 2020, em uma entrevista, Morrissey disse que as empresas apostavam apenas em “mais do mesmo” buscando lucro rápido, investindo mais em uma pretensa diversidade do que em talentos. Acusou-as, ainda, de agir como ditadores.

As afirmações o levaram a perder o contrato com a BMG e a ter um álbum já gravado engavetado pela Capitol Records: *Bonfire of Teenagers*. O título, que significa, em português, *Fogueira de Adolescentes*, teria sido inspirado na explosão ocorrida em uma arena, em Manchester, durante um show da cantora

O álbum *Make-up Is a Lie* não abandona a crítica social, mas carrega um evidente cuidado para evitar controvérsias

pop Ariana Grande, em 2017. Morrissey, à época, sugeriu que o ataque, no qual 22 pessoas morreram, teria sido praticado por imigrantes.

Mas a verdade é que as polêmicas o acompanham desde muito antes da era do cancelamento. Ainda na banda The Smiths, que liderou entre 1982 e 1987, incomodou muita gente com músicas como *Girlfriend in a Coma*, sobre overdoses entre adolescentes, e *The Queen Is Dead*, sobre a família real britânica. Ambas foram consideradas de mau gosto.

Morrissey acreditava ser preciso falar sobre esses temas, assim como de tantos outros que se tornaram constantes em sua obra, como a alienação e a artificialidade das relações – tratada, por exemplo, em *Everyday is Like Sunday*.

Vegetariano convicto, o artista, certa vez, disse que os chineses eram uma subespécie por, em certos festivais, assarem cães vivos. Outra vez, pediu para os paquistaneses enterrarem seus sonhos ocidentais. Esse tipo de observação, amplificada pelas redes sociais, fez com que, a partir dos anos 2020, a imprensa e as rádios britânicas o deixassem de lado. Para seus críticos, ele compôs *I Am Not Sorry – Não me Arrependo*.

Parte dos fãs, no entanto, manteve-se fiel a ele, o que explica a alta colocação do novo disco nas paradas e o sucesso da recente turnê. Os ingressos estão esgotados na maioria dos estádios europeus.

Make-up Is a Lie é um bom retorno, com algumas canções memoráveis, no estilo poético e melancólico de Morrissey, sempre com citações literárias e cinematográficas, sem abandonar a crítica social. Há, no entanto, um evidente cuidado para evitar controvérsias.

Na canção *Notre-Dame*, em que nutre uma teoria da conspiração sobre o incêndio na catedral parisiense, ele retirou, no trabalho de estúdio, um verso alusivo a imigrantes – antes da gravação

em estúdio, ele cantava a música ao vivo com um verso adicional. A produção ficou a cargo de Joe Chicarelli, seu parceiro há mais de uma década, capaz de criar uma cama de sons eletrônicos para os músicos, sem afetar a origem roqueira das canções.

Na canção-título, algo como *Maquiagem É Uma Mentira*, Morrissey volta a temas como a artificialidade das relações. Em *Lester Bangs*, presta uma homenagem ao crítico musical de mesmo nome.

Com certa predisposição para criticar tanto a música quanto os músicos, Bangs ficou conhecido – assim como Morrissey – por suas posições ferinas. Demitido da revista *Rolling Stone*, fundou a *Creem*, que viria a ser uma bíblia da música alternativa nos anos 1970.

O âmago do álbum é, contudo, *The Monsters of Pig Alley*, algo como *Os Monstros de Pig Alley*. Com narrativa tensa, a canção fala de pais amorosos e preocupados que pedem para o filho, que tem pretensões artísticas, voltar para a segurança do lar, longe dos excessos da vida nos palcos.

O filho (Morrissey?) consegue fama e fortuna, mas logo é esquecido e morre abandonado. Morrissey tem dito que os monstros são os pais que tentam impedir a ascensão do filho. Mas as imagens exibidas na turnê durante a execução da canção ajudam a contar uma história diferente.

Enquanto Morrissey canta, o telão exibe trechos do filme *Drácula* (1931), com Bela Lugosi como o vampiro e Dwight Fyre como seu empregado leal Renfield. Confiando em *Drácula*, Renfield entrega seu pescoço ao vampiro na busca pela imortalidade, mas é morto. Em um jogo de som e imagem, Morrissey reforça a ideia, presente na letra, de que a busca de fama nem sempre acaba bem, principalmente na indústria musical: *Quanto mais alto você sobe/menos você encontra.* •



Voz. As redes sociais aumentaram o ruído em torno do ex-líder da banda The Smiths

As coisas como elas são

RESENHA Em *Autocracia Made in USA*, Gisele Agnelli cataloga o trumpismo

POR GUILHERME CASARÕES*

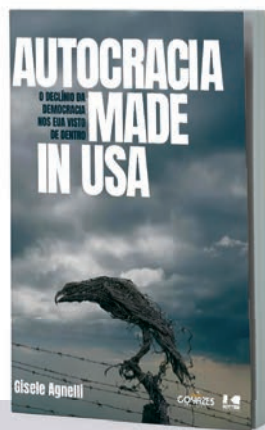
Muitos livros excepcionais nascem do desconforto e da inquietação de quem está observando, de perto, o desenrolar da história. Esse é o caso de *Autocracia Made in USA*, de Gisele Agnelli. Reunindo colunas, análises e entrevistas escritas (sobretudo) ao longo de 2025, a obra documenta, a quente, as tensões institucionais, partidárias e eleitorais que seguem assombrando os Estados Unidos, bem como a metamorfose do sistema político norte-americano sob o segundo governo Trump.

Quem me apresentou ao trabalho da autora foi meu colega Fernando Abrucio, que prefacia o livro. Passei a acompanhar os textos de Gisele em diversos veículos, sempre cativado pela maneira didática e contundente com que trata dos temas da política norte-americana – e as inevitáveis comparações com nossas próprias crises, turbulências e reviravoltas.

Não surpreende que a coragem seja o primeiro – e mais notável – traço do livro. Cientista política, mulher latino-americana e imigrante, Gisele Agnelli escreve a partir de uma sociedade onde a condição de estrangeira já é em si um alvo. Num país que voltou a usar a deportação como instrumento de intimidação política, e num estado governado por republicanos afinados com as alas radicais da Casa Branca,

a autora não apenas recusa o silêncio como o converte em combustível analítico.

Os textos de Gisele nomeiam o trumpismo pelo que é: um empreendimento autocrático em tempo real, transmitido ao vivo pela imprensa e redes sociais, tal qual um *reality show*. Ao fazê-lo, a autora desafia a normalização da barbárie e denuncia, ponto a ponto, o desmonte das instituições democráticas: o esvaziamento do Congresso, a captura do Judiciário, a instrumentalização do federalismo, os ataques às universidades, à imprensa e aos imigrantes. Fazer isso de dentro, com nome e rosto, é um ato político em si mesmo.



AUTOCRACIA MADE IN USA

Gisele Agnelli. Kottter Editorial
(264 págs., 74,91 reais)

O segundo grande mérito do livro é oferecer um olhar comparado que poucos analistas norte-americanos conseguem formular com a mesma acuidade. Gisele pensa os Estados Unidos com o repertório de quem viveu o bolsonarismo, conhece os meandros do autoritarismo emergente e sabe distinguir as conjunturas dos processos estruturais. A tese que percorre toda a obra é a de que a crise norte-americana e a experiência brasileira não são capítulos separados, mas faces de um mesmo processo transnacional, a ascensão de nacionalismos tóxicos que minam, por dentro e dentro da legalidade, os pilares da democracia liberal.

Parece um paradoxo, mas não é. Os ultranacionalismos contemporâneos são movimentos profundamente interconectados. Esse fenômeno da transnacionalização da extrema-direita, embora bastante analisado academicamente, ainda não recebeu a devida atenção na conversa jornalística ou nas leituras conjunturais. Como seu livro atesta, Gisele é uma das primeiras analistas não só a reconhecer essa dimensão transnacional, mas de colocá-la no centro do quebra-cabeça que conecta Brasil e Estados Unidos, dois países que, cada vez mais, se refletem como num espelho distópico.

Por fim, há a linguagem. *Autocracia Made in USA* é um livro de cientista política que quer ir além dos muros da academia. Gisele sabe que seu interlocutor é o cidadão curioso e bem informado. Por isso mesmo, é capaz de combinar dados econômicos, análise institucional e depoimentos de especialistas sem jamais perder a clareza ou a força narrativa. O resultado é um livro que informa, analisa e tensiona – cumprindo a função mais honesta que um ensaio político pode cumprir: provocar o incômodo do qual, nas palavras da própria autora, nasce a transformação.

Embora sejam inegáveis os méritos



dessa coletânea de reflexões e análises sobre as transformações na política norte-americana, o livro deixa uma lacuna importante. Gostaria de ter visto uma seção dedicada aos movimentos tectônicos da sociedade estadunidense, para além dos dilemas institucionais. Como descrever e compreender esse mosaico demográfico que compõe o movimento MAGA? O que as fraturas sociais dos EUA nos dizem sobre a própria realidade brasileira? Acima de tudo, como podemos pensar coletivamente o futuro, de maneira realista e ativa, a partir dos desafios que hoje se colocam?

Num momento em que as democracias pelo mundo se veem diante de ameaças que não são episódicas, mas estruturais, *Autocracia Made in USA* cumpre uma função rara: incomoda, informa e convida à reflexão. •

*Cientista político e professor universitário.

Retrato. Manifestante detida pela polícia de Los Angeles. Abaixo, a autora, cuja obra cumpre a rara função de incomodar, informar e convocar os leitores à reflexão

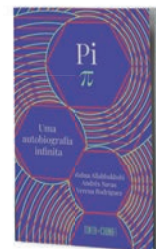


VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



Chegou às livrarias a segunda parte da trilogia sobre Lula assinada por Fernando Morais. **Lula - Volume 2** (Companhia das Letras, 352 págs., 89,90 reais) relata a trajetória do presidente desde o fim da ditadura até sua primeira vitória nas eleições presidenciais, em 2002.

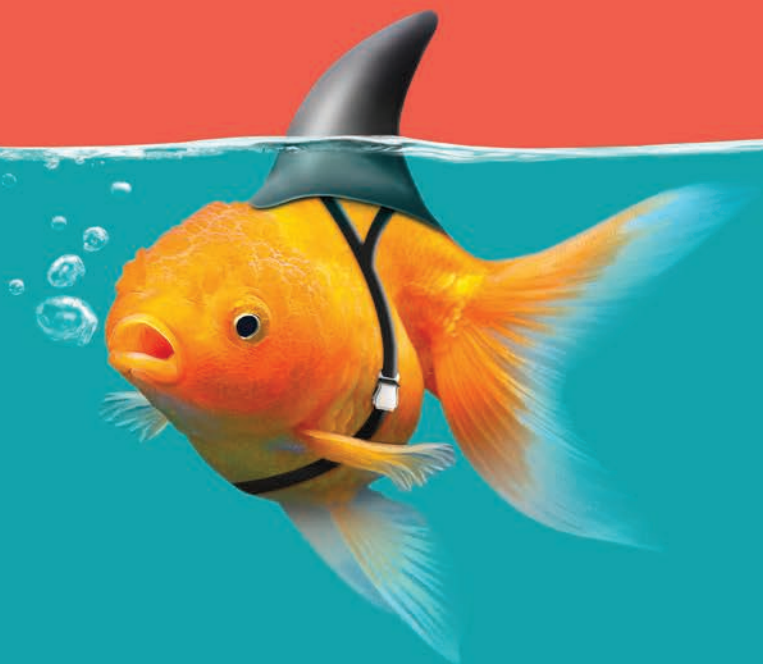


Em **Pi: Uma Biografia Infinita** (Tinta da China, 79,90 reais, 144 págs.), os matemáticos Mahsa Allahbakhshi e Verena Rodríguez e o ilustrador Andrés Navas transformam o número representado pela letra grega π - e normalmente arredondado para 3,14 - em narrador da própria história.



A botânica e professora indígena Robin Wall Kimmerer, *best seller* com *A Maravilhosa Trama das Coisas*, procura com **O Fruto da Generosidade** (Intrínseca, 112 págs., 64,90 reais) desconstruir as ideias de consumo em defesa de uma vida baseada no valor dos relacionamentos.

As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?



A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br**. Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.



LIGIA BAHIA

Médica, professora titular da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde



Na antevéspera das eleições

► Vamos à luta pela saúde ou nos manteremos acendendo velas à esquerda e à direita nestes tempos decisivos para os direitos e a democracia?

Candidaturas anunciadas ou ensaiadas já se acompanham de críticas (ao que aí está) e de proposições para a saúde no âmbito nacional. Ideias, interesses brutos ou já lapidados e projetos, ainda que imprecisos, estão circulando.

O doutor Queiroga, ex-ministro de Jair Bolsonaro, lançou em fevereiro o Plano Real da Saúde, “reforma” baseada na revisão de valores da tabela SUS e remuneração adequada de profissionais.

O atual repeteço do programa eleitoral do PL em 2022, destituído de qualquer menção ao fato de não ter sido implementado durante o mandato autoritário-negacionista, tem como propósitos imediatos tracionar a candidatura do autor da cópia ao Senado e angariar apoios de parte do empresariado setorial e entidades médicas e enfermagem.

Presumivelmente, diante do vazio de ideias e compromissos com a melhora da saúde, setores democráticos tratariam de apresentar uma plataforma coerente com o atendimento às necessidades de cuidados à saúde, que figuram nos primeiros lugares dos rankings de todas as pesquisas de opinião.

Mas não é bem assim. Em eleições anteriores, as candidaturas majoritárias convergiram em torno de disputas sobre promessas inviáveis de fazer o mesmo, só que mais e em menor tempo.

A forte preocupação em atrair grupos de eleitores com maior capacidade de vocalização de interesses e omissão em relação a qualquer perspectiva de mudanças estruturais concretas deixou marcas duradouras.

O Ministério da Saúde efetivamente destruído durante os governos de direita e extrema-direita, reconstruído nas gestões de Nísia Trindade e Alexandre Padilha, saiu do atoleiro, mas ainda encontra dificuldade para coordenar e levar adiante iniciativas de fôlego e repercussão nacional.

Avanços e tentativas de afirmar o SUS universal têm sido contrapostos por interesses particulares, também abrigados no interior das coalizões políticas de direita-centro-esquerda.

Movimentos em ziguezague, talvez inevitáveis, atendem pragmaticamente bases de apoio, mas fragmentam e rebaixam o horizonte de mudanças de ampliação e fortalecimento do setor público possíveis.

O vácuo de projetos viáveis e factíveis para um SUS público, contemporâneo, progressivamente abrangente e qualificado, foi recentemente ocupado por esforços de duas naturezas: a reorganização das bases institucionais da saúde e a renovação de *lobbies*.

Os primeiros se referem tanto à proposta do Instituto Todos pela Saúde,

de criação de um órgão específico para prevenção e controle de doenças – respaldada por cientistas e técnicos, quanto à recomendação, inspirada em demandas empresariais, de turbinar a ANS, atribuindo-lhe competências de regular inovações tecnológicas.

Por sua vez, como ocorre desde o início dos anos 2000, a abertura da temporada eleitoral coincide com o *retrofit* de grupos de pressão, que apresentam suas demandas por expansão de mercados como única solução para a saúde no Brasil.

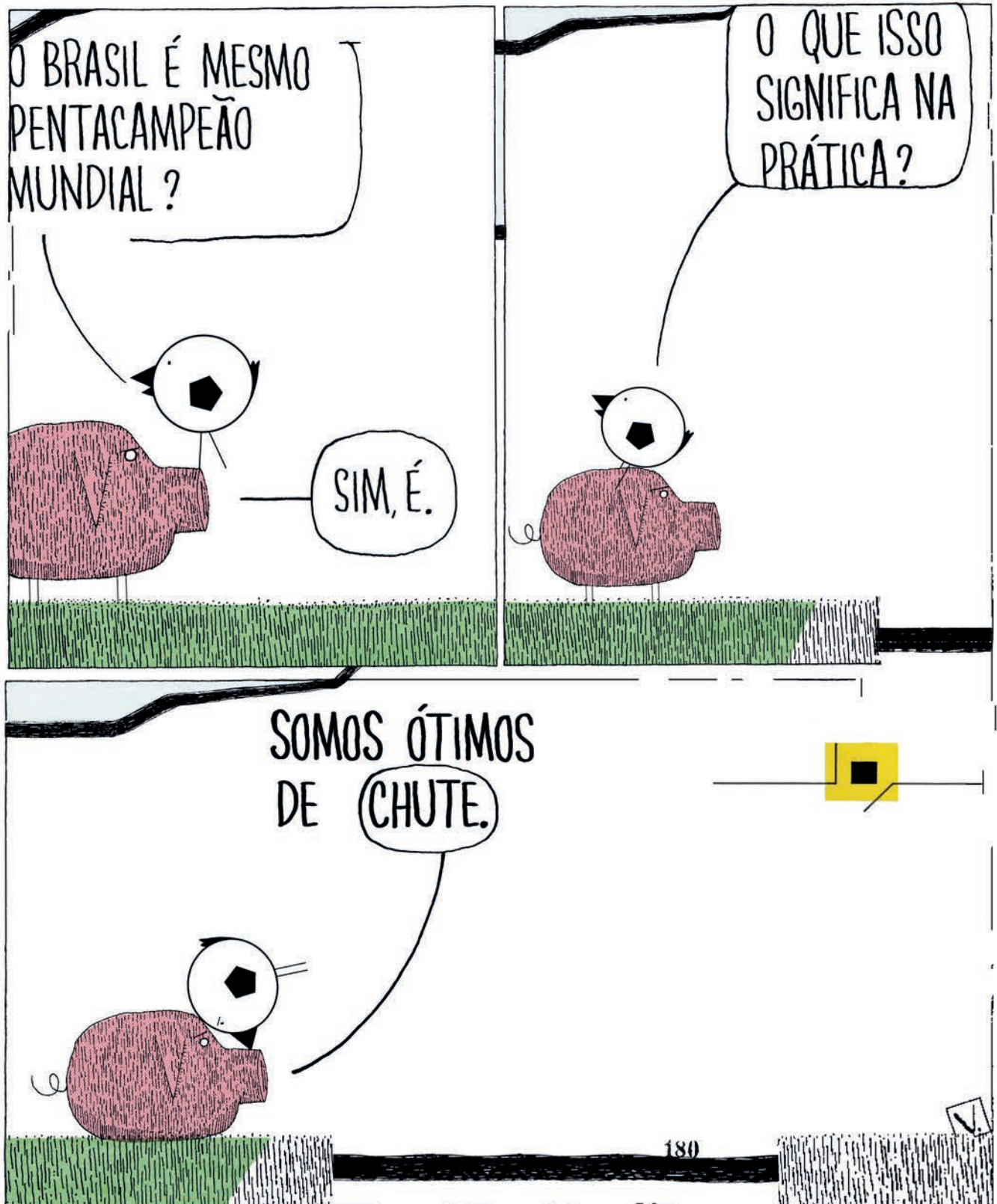
Diligências sinalizando direções opostas não são inéditas e costumam ser bem-sucedidas. Como se a segregação nos cuidados à saúde fosse inexorável e, para alguns, até virtuosa. O jogo começou. Como iremos competir em 2026?

A soma das disputas sobre distribuição de canetas emagrecedoras, tamanho da fila e número de ambulâncias não resulta em um sistema de saúde.

A ausência de alternativas de prevenção e atendimento para violências, abortos, poluição ambiental, consumo de alimentos ultraprocessados, álcool e drogas, soluções efetivas para os elevados gastos de indivíduos e famílias com medicamentos (que são atenuados pelo Programa Farmácia Popular, mas nem de longe equacionados) e os posicionamentos sobre iniciativas governamentais autorizam tacitamente desigualdades e racionamento do acesso para a maioria da população.

Vamos à luta pela saúde ou nos manteremos acendendo velas a torto, à esquerda e à direita em tempos decisivos para os direitos e a democracia? •

redacao@cartacapital.com.br



DEIXAMOS NOSSA MARCA NA LUTA CONTRA A FOME. AGORA NOSSA LUTA GANHA UMA NOVA MARCA.

A fome não espera.

E a Ação da Cidadania também não. Há 30 anos, somos um movimento que segue crescendo. Agora, lançamos uma nova marca para mostrar essa evolução: a de uma ONG que nasceu com o prato vazio em denúncia à fome e hoje se tornou um amplo movimento ativista e transformador. A essência é a mesma, mas renovada para inspirar novas gerações e representar nossa luta por um **Brasil mais igual**.

AÇÃO

— DA CIDADANIA

PRA MUDAR O
MUNDO TEM
QUE TER AÇÃO

Faça parte desse movimento.
Conheça os nossos projetos:
acaodacidadania.org.br

PAPEL PLANTA ÁRVORES

Papel é feito exclusivamente de árvores cultivadas que sequestram carbono da atmosfera, ajudando a combater as mudanças climáticas!

Ótima notícia para os consumidores de comunicação impressa e embalagens de papel. Compartilhe e recicle!



lovepaper.org.br



twosides.org.br

A Campanha Love Paper é uma criação original de Two Sides. Descubra mais!